

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Bacharelado em Arquivologia

Rafael dos Santos Werhli

Arquivos para quem?

Estudo socioeconômico de usuários no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do
Sul

Porto Alegre

2023

Rafael dos Santos Werhli

Arquivos para quem?

Estudo socioeconômico de usuários no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Professora Doutora Leolíbia Luana Linden

Porto Alegre

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Werhli, Rafael dos Santos
Arquivos para quem? Estudo socioeconômico de
usuários no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do
Sul / Rafael dos Santos Werhli. -- 2023.
95 f.
Orientadora: Leolíbia Luana Linden.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Estudo de Usuário. 2. Arquivo Público do Estado
do Rio Grande do Sul. 3. Perfil Socioeconômico. I.
Linden, Leolíbia Luana, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafael dos Santos Werhli

Arquivos para quem?

Estudo socioeconômico de usuários no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Arquivologia do Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Professora Doutora Leolíbia Luana Linden

Aprovado em: Porto Alegre, 5 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Leolíbia Luana Linden
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Priscila Machado Borges Sena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Me. Valéria Raquel Bertotti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Silvana, que, apesar de todas as dificuldades do cotidiano de uma mãe solo, nunca deixou de me apoiar e incentivar, independente da jornada. À ela que, através, principalmente das conversas, filmes e músicas, contribuiu para o desenvolvimento de quem sou hoje.

Ao meu irmão Davi, que hoje possui 5 anos de idade e que, mesmo novo, me ensina todo dia. É uma criança inteligente, engraçada e com elevado senso crítico que desejo estar sempre por perto, acompanhando seu lindo crescimento. À minha mãe e ele, meu amor mais puro e incondicional.

À minha família, agradeço pelos ensinamentos.

Aos meus colegas Leonardo, Tiago e Vinicius, amigos que conheci no curso de Arquivologia, que levo para a vida e que em diversas situações estiveram presentes com boas conversas, risadas e conselhos.

À minha namorada Fran, companheira de vida e de lutas, que me deu todo apoio necessário para a conclusão deste trabalho. Sempre ao meu lado, me incentiva a ser um indivíduo melhor diariamente. Seu carinho e companhia me confortam, sua atuação militante me enche de orgulho e admiração.

Aos camaradas do Coletivo Juntos, coletivo que atuei com dedicação durante minha graduação e que, por meio da prática, me ensinou a importância da mobilização e organização coletiva para a defesa dos nossos direitos e para avançar rumo a uma sociedade cada vez mais democrática.

À todos os professores e professoras do curso de Arquivologia da UFRGS, que de uma forma ou de outra, contribuíram qualitativamente para minha formação. Em especial, agradeço: a professora Leolíbia, pela dedicação durante a orientação deste trabalho e as boas risadas e pertinentes reflexões durante todo processo; a professora Rita de Cássia, pelo auxílio fundamental durante a escolha do tema de pesquisa e pelas reflexões estimuladas a partir disso e a professora Valéria, profissional extremamente dedicada em suas aulas.

Por fim, ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em especial a Carla Segatto, pela gentileza em me receber na instituição e enviar o questionário para o desenvolvimento desta pesquisa.

(...) Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.
Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as características de perfil socioeconômico dos usuários/pesquisadores no contexto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Também busca elencar elementos que possam compor estudos de usuário para compreender os contextos socioeconômicos de desigualdade no âmbito dos usuários pesquisadores de arquivos e caracterizar do perfil dos usuários e não usuários do APERS por meio de suas características sociais e econômicas. Para isso, foram realizadas reflexões sobre a formação da sociedade e do Estado, a partir do método de análise materialista histórico e dialético, bem como utilizou-se dados sociais e econômicos que evidenciam a existência de grupos sociais específicos que sofrem mais com as desigualdades por conta da classe, cor, sexo, orientação sexual e religião. Apresentamos o desenvolvimento da Arquivologia durante a história e o surgimento de paradigmas que possuem especificidades práticas e teóricas entre si, pavimentando o surgimento de perspectivas cada vez mais sociais dentro da área. A evolução dos Estudos de Usuários enquanto instrumento para se pensar em estratégias de acesso e difusão também foi abordada. A identificação do perfil socioeconômico dos usuários do APERS foi realizada por meio dos dados obtidos a partir da aplicação de questionário. Através dos resultados observou-se a falta de diversidade do perfil social e econômico dos usuários da instituição, evidenciando a necessidade de ações que visem compreender e alterar, estruturalmente, essa realidade, afim de democratizar o arquivo.

Palavras-chave: Estudo de Usuário; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; Perfil Socioeconômico.

ABSTRACT

This work aims to understand the characteristics of the socioeconomic profile of users/researchers in the context of the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul (APERS). It also seeks to list elements that can compose user studies to understand the socioeconomic contexts of inequality within the scope of file researcher users and to characterize the profile of APERS users and non-users through their social and economic characteristics. For this, reflections were carried out on the formation of society and the State, based on the method of historical and dialectical materialistic analysis, as well as using social and economic data that demonstrate the existence of specific social groups that suffer more from inequalities due to account of class, color, gender, sexual orientation and religion. We present the development of Archivology throughout history and the emergence of paradigms that have practical and theoretical specificities among themselves, paving the way for the emergence of increasingly social perspectives within the area. The evolution of User Studies as an instrument for thinking about access and dissemination strategies was also discussed. The identification of the socioeconomic profile of the APERS users was made through the data obtained through the application of a questionnaire. Through the results, the lack of diversity in the social and economic profile of the institution's users was observed, highlighting the need for actions aimed at understanding and structurally changing this reality, in order to democratize the archive.

Keywords/Palabras-clave/Mot-clés: User Study; Public Archive of the State of Rio Grande do Sul; Socioeconomic Profile.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 – O precioso tempo burguês
- GRÁFICO 1 – População pobre segundo linhas de pobreza
- GRÁFICO 2 – Distribuição da população segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)
- GRÁFICO 3 – População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%) e Taxa Composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%)
- GRÁFICO 4 – Pessoas em ocupações informais (%)
- GRÁFICO 5 – Casos de intolerância religiosa no Brasil / 2021
- GRÁFICO 6 – Motivo do acesso ao arquivo
- GRÁFICO 7 – Sexo dos usuários
- GRÁFICO 8 – Cor dos usuários
- GRÁFICO 9 – Orientação sexual dos usuários
- GRÁFICO 10 – Escolaridade dos usuários
- GRÁFICO 11 – Renda dos usuários
- GRÁFICO 12 – Religião dos usuários
- QUADRO 1 – Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo
- QUADRO 2 – Desenvolvimento histórico da Arquivologia e suas características
- QUADRO 3 – Abordagens Teóricas da Arquivologia Contemporânea
- QUADRO 4 – Desenvolvimento histórico da Arquivologia e suas características
- QUADRO 5 – Tipos de Usuários segundo CONARQ
- QUADRO 6 – Tipos de Usuários segundo Fugueras
- QUADRO 7 – Tipos de Usuários segundo Bellotto
- QUADRO 8 – Assuntos dos documentos consultados/pesquisados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos	Error! Bookmark not defined.
Tabela 2 – Produtos alimentícios	Error! Bookmark not defined.
Tabela 3 – Produtos de limpeza.....	Error! Bookmark not defined.
Tabela 4 – Alunos da UFRGS.....	Error! Bookmark not defined.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e Mais.

OLR - Observatório das Liberdades Religiosas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

TGEU - Transgender Europe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SOCIEDADE E ESTADO: REFERENCIAS TEÓRICAS E SOCIAIS.....	16
3	POR UMA ARQUIVOLOGIA SOCIAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E DESENVOLVIMENTO	36
3.1	ESTUDO DE USUÁRIO (HISTÓRICO, ETAPAS, PARADIGMAS)	52
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
4.1	DEFINIÇÃO DE ELEMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DE ESTUDOS DE USUÁRIO EM CARÁTER SOCIOECONÔMICO.....	63
5.	RESULTADOS DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DO APERS EM CARÁTER SOCIOECONÔMICO	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS.....	80
	ANEXO A — PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS USUÁRIOS APERS	89

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno dos arquivos nas últimas décadas vem dando luz ao propósito social destes espaços de informação. Isso por diversas razões que, em diferentes proporções, estão ligadas a delimitação científica da Arquivologia enquanto ciência social aplicada “(...) que se constrói a partir de uma realidade social (...) regidas por teorias e metodologias que variam de acordo com as diferentes abordagens, em tempos e contextos específicos” (SCHMIDT, 2012, p. 56-57) e o avanço de reflexões críticas acerca do papel do Estado e do próprio arquivo e arquivistas em relação à informação e memória (TOGNOLI et al, 2021).

A produção científica nas áreas da Sociologia, História, Antropologia e Políticas Públicas, no Brasil também contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas (também na área da Arquivologia) sobre eventos históricos onde indivíduos ou grupo de indivíduos tiveram seus direitos violados por razões políticas, de classe, cor, gênero etc por meio dos aparelhos estatais, destacando-se assim o papel dos arquivos enquanto instituições fundamentais para reparações históricas e garantias de direitos (LOPES et al, 2013; JOFFILY, 2012; CABRAL, 2017; PIRES, 2018). Para Tognoli (2021, p.5) “Discussões recentes (...) vêm convocando arquivistas a adotarem uma missão social mais ativa ao receberem em seus arquivos documentos cujas vozes das minorias possam ser ouvidas”.

A pesquisa histórica crítica e a preocupação sobre as demandas e causas sociais nos espaços de debate e pesquisa fortaleceram, direta ou indiretamente, a caracterização dos arquivos enquanto espaços de relevância social por preservarem e tornarem acessíveis informações essenciais para analisar e refletir sobre eventos históricos fundamentais para a compreensão da nossa sociedade (RANGEL et al, 2019).

E para identificar o papel que os arquivos desempenham, efetivamente, na sociedade, tendo consciência de sua relevância ou potencial relevância enquanto instrumento social, é de suma importância que tenhamos conhecimento sobre o perfil dos indivíduos que acessam estes espaços: os usuários. Como afirma Delmas (2010, p.117), um dos grandes desafios do arquivista hoje é “(...) saber atender, sem vacilação, às demandas dos usuários, cada vez mais novas e diversas.”

Isto porque, muito mais do que realizar a guarda e preservação do seu acervo, o arquivo e o arquivista, a partir de perspectivas arquivísticas contemporâneas, tornam-se prioritariamente responsável pela disseminação da informação arquivística através dos instrumentos de difusão e de pesquisa, que permitem que os indivíduos tenham acesso aos documentos arquivísticos, possibilitando torná-los usuários interagentes dos arquivos, já que “É cada vez mais ressaltado que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes” (JARDIM et al., 2004, p.1).

O usuário é colocado como sujeito central para a elaboração e implantação das políticas e ações nos arquivos, já que os arquivos são reivindicados e possuem real potencial para serem instrumentos efetivos de pesquisa e difusão para fins administrativos, científicos, culturais, históricos, jurídicos etc. Isso demonstra, efetivamente, que “De um momento em que a organização de arquivos parecia ser um fim em si mesmo, percebeu-se que os usuários merecem a atenção e o cuidado para que sejam atendidos (...). (VITORIANO et al., 2020, p.156).

É posto que o arquivo possui papel fundamental na formação e conscientização dos sujeitos a partir das demandas de informação, já “(...) que existem grupos de usuários diversos e é neles que percebemos alguns padrões que especificam o tipo de necessidades informacionais que tem determinado grupo” (VITORIANO et al., 2020, p.159). Dessa forma, os sujeitos possuem necessidades informacionais para os mais diversos fins: precisam escrever, refletir, tomar decisões, garantir direitos, entre outros. E para escreverem, refletirem, tomarem decisões, os arquivos e as informações que nele constam devem estar disponíveis e serem acessíveis a todos, sem discriminação social e econômica. Entretanto, nem todos partem do mesmo contexto socioeconômico para exercerem suas vontades e garantirem seus direitos.

Partindo da perspectiva materialista histórica e dialética para análise da realidade (MARX et al., 2009), compreende-se que tanto os arquivos quanto os usuários estão inseridos numa sociedade de divisão e antagonismos entre classes socioeconômicas, o que incide diretamente na formação de tipos variados de desigualdades e discriminações - de classe, cor, sexo, orientação sexual, credo - (ALMEIDA, 2020) que estruturam o próprio Estado onde indivíduos e instituições existem.

Formando-se, portanto, uma estrutura social e econômica que produz e reproduz desigualdades e opressões que interferem nas subjetividades e

materialidades de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Grupos sociais específicos, popularmente categorizados enquanto minorias, são formados a partir deste lógica, já que “Minorias caracterizam-se pelos processos de discriminação direta ou indireta a que são submetidas pessoas socialmente identificadas como pertencentes a determinados grupos sociais (negros, judeus, mulheres, pessoas LGBT etc.)” (ALMEIDA, 2020, s.p).

A discriminação sistemática, processual e histórica cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menor acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte (SILVIO ALMEIDA, 2020, s.p).

Nessas condições, os indivíduos em nossa realidade partem de diferentes contextos - de moradia, renda, educação etc - e, por essa razão, podem possuir oportunidades distintas para, entre outras coisas, acessar determinados espaços, reproduzindo-se, desta forma, desigualdades.

Portanto, partindo desta reflexão, este estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: a qual público/usuário os arquivo público tem atendido? Quais são as características socioeconômicas passíveis de serem analisadas em um estudo de usuário?

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é compreender as características de perfil socioeconômico dos usuários/pesquisadores no contexto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Afinal, quem são os sujeitos que possuem a oportunidade de acessar este arquivo no contexto desigual da sociabilidade contemporânea brasileira?

Quanto aos objetivos específicos, o presente trabalho busca responder e refletir sobre essa questão - ao passo em que não pretende esgotar o debate em torno do tema - da seguinte forma:

- A) Elencar elementos que possam compor estudos de usuário que sejam inclinados a compreender os contextos socioeconômicos de desigualdade no âmbito dos usuários pesquisadores de arquivos;
- B) Caracterizar do perfil dos usuários e não usuários do APERs por meio de suas características sociais e econômicas.

Para compreender a construção do estado de coisas que permeiam e atravessam estruturalmente a vida dos indivíduos, bem como das próprias

instituições, seção 2 se encarrega de aprofundar as reflexões sociológicas sobre a formação e a criação do Estado, a partir da perspectiva marxista, que analisa as relações socioeconômicas entre os indivíduos e seus reflexos através do materialismo histórico e dialético, utilizando-se da luta de classe, da propriedade privada dos meios de produção e da mais-valia como categorias fundamentais para compreender as desigualdades observadas.

Partindo da compreensão da realidade social observada, a seção 3 evidencia as características dos paradigmas que surgiram durante o desenvolvimento histórico da Arquivologia. Foca nos paradigmas arquivísticos contemporâneos e no debate realizado pela perspectiva integrada e pós-moderna, bem como o tema da justiça social nos arquivos, dando ênfase às características sociais e políticas dos arquivos e arquivistas no forma do acesso e difusão das informações arquivísticas aos usuários.

A seção 3.1 passa pelo surgimento dos estudos de usuários na Ciência da Informação e os novos contornos que a Arquivologia dá a esse tema. Explora o debate em torno da definição e categorização dos usuários de arquivos, bem como a criação de diferentes paradigmas nos estudos de usuários de arquivo, que utilizam métodos de pesquisas específicas e possuem diferentes objetivos.

Na seção 4, exploramos a potencialidade que possui as categorias sociais que revelam as desigualdades da sociedade dividida em classe para compreender a realidade dos usuários de arquivos. Na seção 4.1, realizamos a definição de elementos para composição de estudos de usuário em caráter socioeconômico, revelando as categorias utilizadas para a aplicação do questionário.

Na seção 5, efetuamos a caracterização do perfil dos usuários e não usuários do APERS em caráter socioeconômico a partir dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário. Por fim, a seção 6 traz reflexões a partir dos resultados obtidos por meio da presente pesquisa e indica elementos que possam contribuir para o desenvolvimento do Estudo de Usuário no âmbito da Arquivologia.

2 SOCIEDADE E ESTADO: REFERENCIAS TEÓRICAS E SOCIAIS

Para refletirmos sobre as condições em que os arquivos e usuários se encontram nos dias atuais, é inevitável não nos aprofundarmos em alguma medida, antes, no conceito de Estado, a partir dos estudos realizados no campo da Sociologia e Economia Política. Isso porque, este é um conceito chave para entendermos os modos como são dadas as relações sociais e econômicas na sociedade contemporânea, onde arquivos, arquivistas, usuários e todos os agentes construtores do universo arquivístico existem e relacionam-se.

Sabe-se que o Estado é objeto de estudo há séculos e tem seu sentido e forma debatidos a partir de diferentes correntes teóricas do pensamento. Para nos debruçarmos sobre ele e entendermos a partir de que ponto analisaremos a discussão sobre os usuários e o Estado brasileiro, partiremos da análise materialista histórica e dialética, elaborada fundamentalmente por Marx e Engels (2009)¹ em um esforço filosófico para superar “certas teorias clássicas, como a de Hobbes ou a de Locke, para as quais o Estado é, segundo essa crença primeira, uma instituição destinada a servir o bem comum, e o governo, o bem do povo. [onde] Em certa medida, o Estado seria o lugar neutro” (BORDIEU, 2012, p.36).

Para os autores alemães o materialismo histórico dialético é a análise que se baseia

(...) no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência - a religião, a filosofia, a moral etc. - estudando a partir desta o seu nascimento (...) (MARX; ENGELS, 2009, p. 57-58)

Isso é, o materialismo histórico dialético é um instrumento de análise que se propõe a examinar a história e revelar seus fenômenos a partir das relações sociais e econômicas entre as classes, revelando que desde a superação das sociedades primitivas e pré-capitalistas os indivíduos estiveram, expressamente, divididos em classes sociais e econômicas divergentes, e que por essa razão os conflitos e as lutas de classes, mesmo que de formas diversificadas, sempre influenciaram no

¹ Edição do livro utilizado é de 2009. A obra foi escrita entre os anos de 1845-1846.

desenvolvimento das sociedades. Portanto, os indivíduos, historicamente, pertencem a determinada classe social e econômica, que possuem interesses específicos da classe à qual pertencem, já que uma domina (detém os meios de produção) e outra é explorada (detém apenas sua força de trabalho) (MARX et al., 2009). Segundo Alves (2010, p.3, grifo nosso)

É uma tese do marxismo, segundo a qual **o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual**. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Marx parte da idéia de que em toda a história o homem não é uma imanência única: na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na idade média era servo ou senhor; na idade moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho (ALVES, 2010, p.3, grifo nosso).

Para compreendermos as categorias de meio de produção e força de trabalho, tão caras para o entendimento claro sobre as desigualdades de classe em nossa sociedade, consultemos a definição dada por Cohen (1983, p. 64), quando afirma que

As forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro. Os meios de produção são recursos produtivos físicos: ferramentas, maquinaria, matéria-prima, espaço físico etc. A força de trabalho inclui não apenas a força física dos produtores, mas também suas habilidades e seu conhecimento técnico (que eles necessariamente não dominam), aplicados quando trabalham (COHEN, 1983, p.64).

Portanto, se concentra em realizar a análise do movimento concreto dos sujeitos na realidade, que, por sua vez, condicionam e estão condicionados aos reflexos diretos e indiretos que o desenvolvimento das forças produtivas correspondentes a determinados modos de produção (escravista, feudal, capitalista) agem sob suas vidas, evidenciando

(...) como, em consequência do crescimento das forças produtivas, desenvolve-se de uma forma de vida social uma outra mais elevada, como, por exemplo, o capitalismo nasce do feudalismo. Assim, como o conhecimento do homem reflecte a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, também o **conhecimento social** do homem (ou seja: as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) reflectem o regime económico da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base económica. Assim, vemos, por exemplo, como as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado. (LENIN, 1977², s.p)

² Edição do livro utilizado é de 1977. A obra foi publicada em 1913.

Para Marx, portanto, a concepção materialista e dialética da história se concentra em analisar a sociedade a partir de seu modo de produção e reprodução material e não da ideia que a classe dominante faz sobre ela, já que, além de dominar economicamente, “(...) esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que tem uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias (...)” (MARX et al., 2009, p.48-49).

E para além de revolucionar o modo como pensamos as relações sociais e econômicas dadas nas sociedades durante a história, esse método também dá uma outra qualidade no modo de se refletir sobre o fenômeno Estado durante a história. Segundo Lenin (1977, p.3) “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes”.

Dessa forma, é superada a perspectiva que enxerga o Estado como a única e ideal forma de realizar a organização social. Isso é, a visão do Estado enquanto instrumento neutro apartado das intenções dos sujeitos - que possuem classe, cor, sexo, orientação sexual, credo - não considerando mais, portanto, essa forma como a única possível para conciliar os conflitos entre os sujeitos através de suas instituições. Pelo contrário, agora “O Estado é [visto como] o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados (...)” (LÊNIN, 2007, p.27)³.

O Estado como conhecemos hoje nem sempre existiu e passou por diversas modificações estruturais durante o tempo - no escravismo o Estado era representado pelos Impérios; no feudalismo, pela Igreja na imagem do alto clero; no capitalismo, pela burguesia - mas há duas características fundamentais em relação a sua forma: 1) o fato dele ser produto dos antagonismos entre as classes, que possuem interesses sociais e econômicos divergentes entre si e 2) representar os interesses de uma classe, detentora de poder político e econômico (LÊNIN, 2007). Mas além dessas características, há fenômenos que estabelecem qualidades únicas ao Estado presente no sistema social e econômico contemporâneo, o capitalista. Almeida (2020) define este modo de produção como

³ Edição do livro utilizado é de 2007. A obra foi publicada em 1918.

(...) uma relação social, em que detentores de dinheiro e dos meios de produção (máquinas, terra, escritórios, ferramentas, computadores etc.) e trabalhadores assalariados relacionam-se com o fim de produzir mercadorias. O objetivo fundamental da produção de mercadorias é gerar mais dinheiro do que o investido na produção, e não satisfazer necessidades humanas. Portanto, além de cobrir os custos da produção, a venda de mercadorias deve gerar um excedente que será revertido para a aquisição de mais capital, ou seja, na ampliação dos fatores de produção. O capitalismo se define como um processo socialmente orientado para o acúmulo de capital (ALMEIDA, 2020, s.p).

Assim, o Estado, enquanto instrumento de poder, ganha contornos específicos no modo de produção capitalista. Neste sentido, Alysson Mascaro (2013, p.18) afirma que “O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada”.

Isso é, partindo-se da análise materialista histórica e dialética, entende-se que o Estado como se apresenta na sociabilidade contemporânea está necessariamente comprometido em atender os interesses de classe de determinado grupo de indivíduos. Atualmente, é um instrumento de classe dos capitalistas. Para isso, não utilizará somente da força e da violência para se legitimar enquanto ordem gestora, mas também a partir de um outro fenômeno único da sociedade capitalista:

O caráter terceiro do Estado em face da própria dinâmica da relação entre capital e trabalho revela a sua natureza também afirmativa. Não é apenas um aparato de repressão, mas sim de constituição social. A existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais da possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhe atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva. (MASCARO, 2013, p.19).

A lógica do Estado capitalista aqui exposta contribui para que a classe que possui a propriedade privada dos meios de produção — fábricas, empresas, terras etc — viva em melhores condições (em outros termos, enriqueça) do que a classe que detém apenas sua força de trabalho — categoria *sine qua non* para compreendermos as relações socioeconômicas dadas no capitalismo — que é vendida, como mercadoria, a classe dominante em troca de salário. Porém, é uma troca não justa, como revela a categoria de *mais-valia* na teoria marxista, já que

O operário assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário de terra, das fábricas, dos instrumentos de trabalho. **O operário emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando**

para o capitalista a mais-valia, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista. (LÊNIN, 1977, grifo nosso)

Nesse sentido, Rufino (2009, p.17, grifo nosso) sugere que

A relação capital e trabalho nessa sociabilidade, ou seja, a exploração da classe trabalhadora pelo capitalista em seu processo de extração da mais- valia, dá origem a um tipo de pobreza nunca visto anteriormente. É nesse contexto que a pobreza se agrava e ganha maiores proporções (RUFINO, 2009, p.17, grifo nosso).

Ou seja, na lógica da reprodução econômica do capital, é necessário que haja pobreza e desigualdade econômica para que se tenha uma classe que acumule riqueza, “(...) categoria fundamental para a análise da pobreza, pois segundo essa perspectiva, a concentração da riqueza gera a exploração, o que se constitui elemento fundante da pobreza (RUFINO, 2009, p.108)”. Essa desigualdade irá se desenrolar em diversos fatores que constituem a realidade de um sujeito, como a moradia, por exemplo. Isso é, o local em que as classes que sofrem mais com as desigualdades vivem tende a ser mais precário do que o local onde as classes dominantes vivem. Ou seja, na realidade contemporânea de desigualdades, até a moradia se torna um elemento que evidencia traços das desigualdades entre as classes.

Enquanto os trabalhadores vendem sua força de trabalho e tempo de vida para conseguir, em alguma medida, ter onde morar, se alimentar, vestir, ter luz, água e ter acesso restrito a serviços básicos como saúde e educação, a classe dominante, a partir dos lucros obtidos a partir da exploração da força de trabalho mal remunerada, vive, para além de ter ter acesso aos direitos mais básicos, ter acesso à cultura, a história, aos espaços de produção e debate científico, aos espaços de decisões e debates político-institucionais. (MARX et al., 2009). Isso é, nas sociedades contemporâneas marcadas pela propriedade privada dos meios de produção, a pobreza subjetiva e material é um fenômeno permanente que o Estado - que é um instrumento político de classe que está, geralmente na histórica recente, comprometido fundamentalmente com os interesses do capital - tende a combater de forma parcial. Para Rufino (2009, p.4) “As políticas sociais representam o Estado no gerenciamento da pobreza, sem tomar medidas estruturais, mas apenas mantê-la em “níveis amenos”, desenvolvendo programas focalizados e emergenciais”. Neste sentido, Escurra (2015) indica que Marx

demonstra que, com esse ponto de vista, é impossível que o Estado elimine o pauperismo e as mazelas sociais, pois desconsidera que sua própria existência e a do pauperismo são resultados de sociedades divididas em classes sociais, com interesses privados antagônicos aos interesses coletivos (ESCURRA, 2015, p.299).

Como pode-se observar, a própria dinâmica do Estado no sistema econômico vigente propicia que a desigualdade social e econômica seja um fato existente e tolerável no mundo inteiro. Como demonstra dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021), existem 1,3 bilhões de pessoas que vivem na pobreza, enquanto “252 homens têm mais riqueza do que o total de um bilhão de mulheres e meninas na África, na América Latina e no Caribe juntos”, de acordo com o relatório da Oxfam, “A Desigualdade Mata” (2021).

FIGURA 1 — O precioso tempo burguês



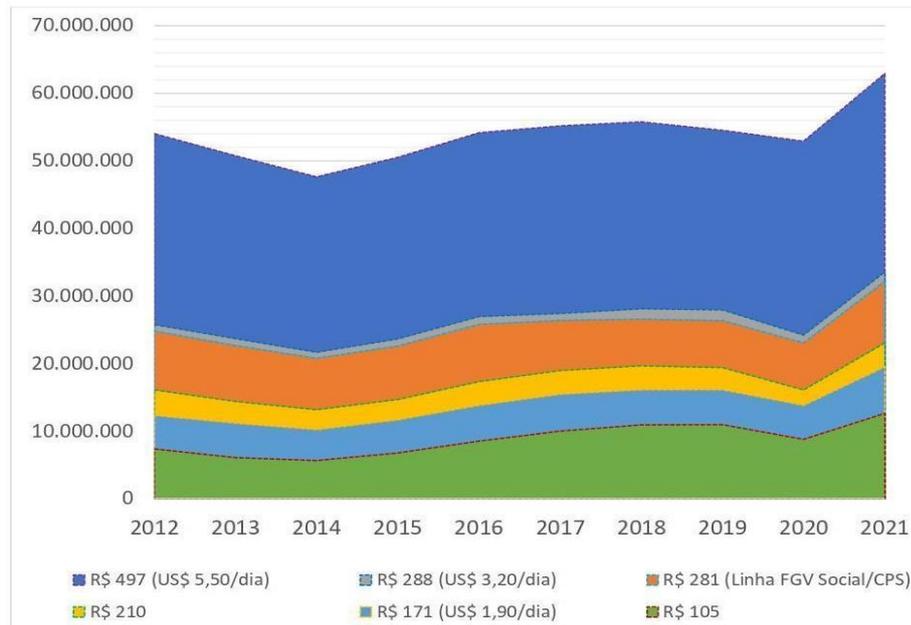
FONTE: LIMA (2017)

Mas como iremos nos concentrar em analisar um cenário posto no contexto social brasileiro, é importante nos debruçarmos sobre dados que traduzam, especificamente, essa realidade. Nesse sentido, a partir de dados demográficos conseguimos visualizar que no caso brasileiro, nos últimos anos aprofundou-se ainda mais as desigualdades entre a classe trabalhadora. Porém, antes de tudo, é fundamental que se entenda que para existirem dados sobre as desigualdades discutidas neste capítulo houve e ainda há muitas lutas, nas mais diversas formas, destes grupos sociais. Lutas que resultaram e resultam, muitas vezes, na garantia de

direitos e no próprio reconhecimento dos preconceitos existentes em nossa sociedade.

Segundo o Mapa da Nova Pobreza de 2021, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social, “O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país” (NERI, 2021), como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 — População pobre segundo linhas de pobreza



FONTE: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

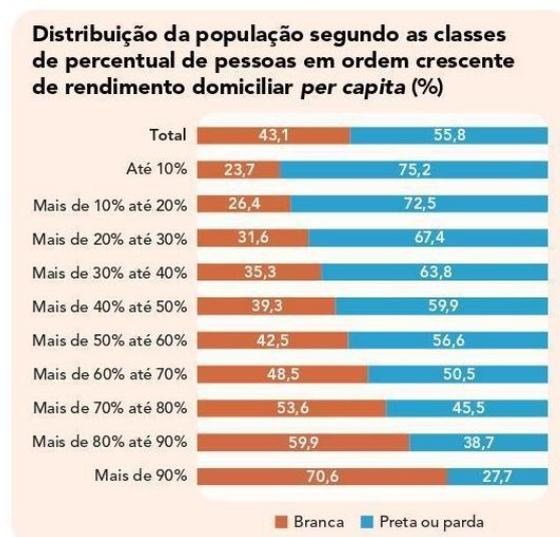
Nesse contexto nacional de aprofundamento da pobreza — onde quase 30% das pessoas vivem com uma renda ínfima que impossibilita a manutenção e reprodução de uma vida com qualidade material e subjetiva, que limita o acesso a espaços de conhecimento, debate e decisão — as populações historicamente vítimas da desigualdade, opressão e preconceito, são ainda mais atingidas. Almeida (2020), ao analisar a crise estrutural econômica que aflige diversos países, incluso o Brasil, e que atinge com mais força determinados grupos de indivíduos, caracteriza as populações historicamente oprimidas ao afirmar que

(...) a discriminação só se torna sistêmica se forem reproduzidas as condições sócio-políticas que naturalizem a desigualdade de tratamento oferecido a indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Por isso, em face da estrutura política e econômica da sociedade contemporânea, formas de discriminação como o racismo só se estabelecem se houver a participação do Estado, que pode atuar diretamente na classificação de pessoas e nos processos discriminatórios (escravidão, apartheid e nazismo) ou indiretamente, quando há omissão diante da discriminação, permitindo-se que preconceitos historicamente arraigados contra negros, mulheres e gays se transformem em critérios “ocultos” ou regras “não inscritas” que operam no funcionamento das instituições, na distribuição econômica (emprego e renda, por exemplo) e na ocupação de espaços de poder e decisão (ALMEIDA,2020).

Ou seja, por conta de uma construção histórica baseada na exploração econômica, no acúmulo de riqueza e na divisão da sociedade entre classes, trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, LGBTQIA+, mulheres e pessoas pertencentes a determinadas religiões sofrem ainda mais com as desigualdades que permeiam e constituem o tecido social.

É o caso da população negra brasileira, que são a maioria da classe trabalhadora brasileira (55,8%) e que representou em 2018, segundo o IBGE, somente 27,7% das pessoas entre os 10% que possuem os maiores rendimentos. Em contrapartida, dos 10% com os menos rendimentos, a população preta ou parda representa 75,2% dos sujeitos (IBGE, 2019), conforme gráfico 2.

Gráfico 2 — Distribuição da população segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018

É possível identificar ainda outros dados que revelam a desigualdade racial que atinge de forma brutal a sociedade brasileira. Segundo a pesquisa "[Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil](#)", realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2018 os negros e negras eram maioria entre os desocupados (desempregados), representando 64,2%, enquanto as pessoas brancas representavam 34,6%. Em relação a subutilização da força de trabalho, ou seja, do trabalho precarizado e não formal, 66,1% são ocupados por pessoas pretas ou pardas, conforme o IBGE (2019), representado o Gráfico 3.

Gráfico 3 — População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%) e Taxa Composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%).

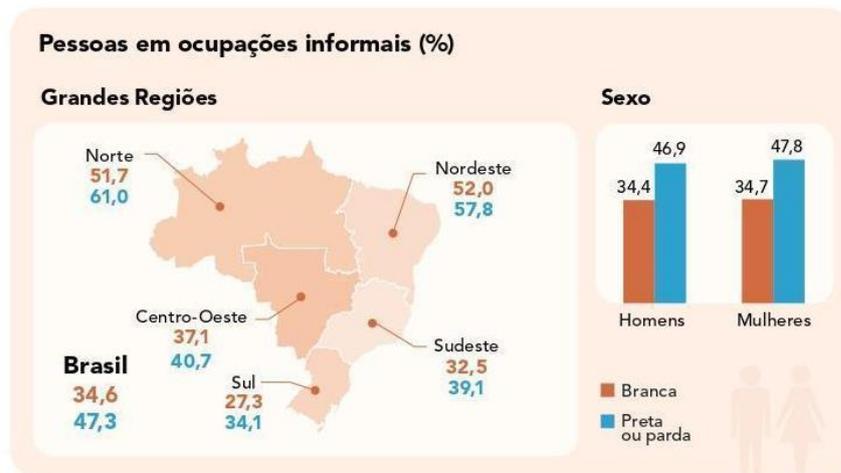


FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018

Ou seja, conforme os gráficos 2 e 3, evidencia que a população negra brasileiro continua sendo a mais afetada pelo desemprego e precarização do trabalho quando aplicado o recorte por nível de instrução. Independente se com ensino fundamental incompleto ou completo, ensino médio incompleto ou ensino superior completo ou mais, em todos os os dados pessoas pretas ou pardas figuram nos piores índices relacionados aos empregos mais precários.

Em relação ao trabalho informal, precarizado, sem direitos básicos e proteção social, a população negra — e neste recorte específico ainda mais as mulheres negras, evidenciando as faces do sexismo estrutural que será explorado em seguida — também constituem a maioria, conforme ilustrado no gráfico 4, representando 47,3%, enquanto as pessoas brancas são 34,6%.

Gráfico 4 — Pessoas em ocupações informais (%)



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018

Em relação à educação, a desigualdade racial também salta aos olhos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019) evidenciam que 71,7% dos jovens que não frequentam escolas são negros, e apenas 27,3% são brancos.

A partir desses dados é possível identificar um aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas que sempre estiveram presentes em solo nacional, mas que, nos últimos anos, cresceram assustadoramente. Importante destacar que, como vimos populações específicas, pertencentes a classe trabalhadora empregada ou não, sofrem mais nestes cenários de crises, como o caso da população negra brasileira e das mulheres (ALMEIDA, 2020).

Para analisarmos a exclusão dos trabalhadores negros dos índices mais positivos relacionados a trabalho, renda e educação é de suma importância compreendermos o que é o racismo. Almeida (2018, p.22-24) define o racismo como sendo

(...) uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (...) Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2018, p. 22-24).

Em termos históricos, a ideia que sustenta a existência de uma raça superior a outra na sociedade contemporânea está ligada ao processo imperialista - que é a fase

de expansão do capitalismo para outros países - de dominação de territórios africanos pelos países Europeus, onde

o homem branco e civilizado tomou para si a tarefa de estabelecer essas linhas entre humanos e não humanos, já que os africanos e outros povos não brancos, segundo esta visão, não teriam condições de desempenhá-la. (...) O imperialismo marcou o início da dominação colonial, fato desencadeado pela primeira grande crise do capitalismo, de 1873, que levou à expansão comercial para além das fronteiras nacionais. (...) A ideologia imperialista baseou-se no racismo e na ideia eurocêntrica de progresso. No século XIX, a fusão entre a crença na existência de raças e a ideia de progresso resultou no chamado racismo científico, e teve papel de destaque na naturalização da espoliação, dos assassinatos e da destruição promovida pelos países da Europa no continente africano. (ALMEIDA, 2019, s.p).

A escravização que perdurou por quase 400 anos em território brasileiro, fruto da política imperialista de comércio de negros africanos escravizados, perpetuados pelos países europeus, dá ao racismo reproduzido no Brasil traços únicos e evidentes. Partindo da análise materialista da história para compreender os processos de subjulgação e desumanização do povo negro, Almeida (2018, p.33, grifo nosso) irá entender o racismo como parte de um todo, pois

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. **O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção** (...) A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica (ALMEIDA, 2018, p.33, grifo nosso).

Para o autor, o racismo não se apresenta apenas individualmente e nem surge a partir de razões biológicas. O racismo se apresenta em todos os âmbitos da vida cotidiana das mais diversas formas, seja ele mais aparente ou não, e é estruturado a partir de condições sociais e históricas. É reproduzido não somente individualmente ou por um grupo de pessoas, mas pelas próprias instituições e organizações presentes na estrutura do Estado contemporâneo. Os dados atuais que explicitam o racismo estrutural em nossa sociedade são o reflexo da história e, por isto, também o reflexo do modo como o Estado foi protagonista na política de escravização, desde sua implantação até a pós-escravização, dando continuidade num projeto de exclusão desses indivíduos, já que

mesmo conquistando a cidadania, os negros brasileiros passaram à invisibilidade, ausentes em todas as instituições públicas e privadas. Exceto nas cadeias públicas, manicômios e nas verdadeiras extensões das favelas e periferias das cidades brasileiras (PRUDENTE, 2020).

A expressiva desigualdade racial estrutural presente na sociedade brasileira, na forma do não acesso amplo a educação, da falta de oportunidades é o retrato portanto de uma estrutura econômica e social que escravizou milhares de seres humanos por conta do racismo e dos interesses econômicos das classes dominantes, já que “Durante seus quatro séculos, a escravização no Brasil fez também parte de um importante ciclo do sistema socioeconômico do capitalismo em sua fase mercantil, já alcançando a primeira industrialização” (PRUDENTE, 2020, s.p).

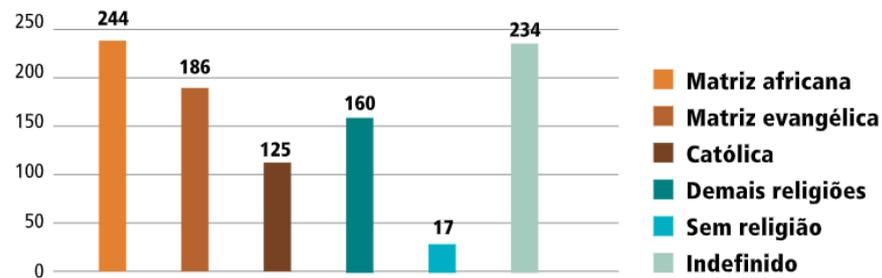
Mesmo após o fim deste terrível processo, os negros e negras continuam, até os dias de hoje, à margem da sociedade, em grande parte dos casos com acesso limitado a direitos básicos; sendo invisíveis as políticas do Estado brasileiro. O que reflete também no alto índice de violência física, e por consequência psicológica, que a população negra é vítima no Brasil. Segundo dados do IBGE (2019, p.9)

(...) no Brasil, a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes em 2017. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes (...) (IBGE, 2019, p.9).

Como forma de opressão, o racismo estrutural também reflete em diferentes tipos de discriminação para a população negra, incluindo a religiosa. Desde a escravização do povo negro em solo brasileiro, as religiões de matriz africana, proferidas majoritariamente pela população negra foram criminalizadas e perseguidas, já que, como vimos, “(...) as dominações capitalistas se apoiam em uma construção espaço-identitária que pode ser vista na classificação racial, étnica, **religiosa** e sexual de indivíduos como estratégia de poder” (ALMEIDA, 2018, p.89).

É o que aponta dados recentes do Governo Federal através de seu canal de denúncia, Disque 100, compilados pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e Observatório das Liberdades Religiosas (OLR) e representados no gráfico 5.

GRÁFICO 5 — Casos de intolerância religiosa no Brasil / 2021



FONTE: Disque 100 - MDH. 2021

E com reflexos que incubem num processo semelhante de exclusão, perseguição e submissão, as mulheres, e mais ainda as mulheres negras, no modelo de sociabilidade vigente também sofrem com desigualdades específicas, já que

O conflito social de classe não é único conflito existente na sociedade capitalista (...) entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual (...). **Há, portanto, um nexó estrutural entre as relações de classe e a constituição social de grupos raciais e sexuais que não pode ser ignorado** (ALMEIDA, 2018, p.60, grifo nosso).

Antes de tudo é interessante que tenhamos uma leitura sociológica sobre a questão de sexo/gênero. Para Kergoat (2003, p.55) “As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais” já que homens e mulheres constituem historicamente

(...) dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2003, p.55).

O fenômeno da divisão sexual do trabalho - que também é resultado de processos históricos - permite a criação de desigualdades no que se refere ao acesso a determinados espaços, já que “(...) tem com princípios organizadores o de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o hierárquico (o trabalho de homem “vale” mais que o da mulher) (TEIXEIRA, 2014, p. 19). Para Hooks

(2000, p. 18) este fenômeno pode ser explicado também por meio de uma perspectiva religiosa cristã que é colocada sobre os corpos e vidas das mulheres:

Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura “cristã”, multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não (HOOKS, 2000, p. 18).

A opressão contra as mulheres estabelece, a partir da ação direta ou indireta de indivíduos (em nossa realidade, formada por uma maioria de homens héteros), espaços onde mulheres, supostamente e sem embasamento teórico-prático, são mais prestativas (como a cozinha, o lar num geral etc.), ao passo em que afirma, novamente sem embasamento teórico-prático algum, os homens como sujeitos mais adequados a espaços de importância social (cargo de chefia, supervisão, gerência, liderança etc.).

Desse modo, há uma estrutura social e econômica que permite a existência dessa diferenciação social entre os sexos, naturalizando, no senso comum, espaços mais adequados aos sexos. Partindo de uma perspectiva histórica e materialista, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1985)⁴, Engels discorre sobre os eventos que levaram o indivíduo de sexo masculino a considerar-se líder, tanto no seio familiar quanto em outros espaços da sociedade. Para o autor, houveram sociedades primitivas e pré-capitalistas com diferentes formas de família, porém, com a superação dos modos comunitários de sobrevivência e com o advento da propriedade privada - embrião da propriedade privada que viria a se constituir no modo de produção capitalista - e do acúmulo de riqueza (instrumentos de trabalho, rebanho etc.), os homens conquistaram espaço enquanto “chefes de família”, isso pois

De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos. Assim, segundo os costumes daquela sociedade, o homem era igualmente proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante, do novo instrumento de trabalho, o escravo (ENGELS, 1986, p. 58-59).

⁴ Edição do livro utilizado é de 1985. A obra foi publicada em 1884.

Porém, ainda havia um fator essencial que permitia que as mulheres não vivessem em completa desvantagem frente aos homens naquela sociedade pré-capitalista: o direito materno, que dava direitos a herança e sucessão de poder aos consanguíneos da linha materna (ENGELS, 1986).

Dessa forma, pois, as riquezas, á medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. (ENGELS, 1986, p. 59).

O autor, ao identificar os antagonismos históricos entre os sexos, relacionando-os com as características de classe dos indivíduos, conclui que “(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher(...)”, ao passo em que “(...) a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1986, p. 70-71). Sendo uma construção histórica, a diferenciação social dos grupos sexuais ganha características específicas, bem como outros modos de opressão, no contexto de sociabilidade capitalista:

(...) a opressão a qual as mulheres estão sujeitas não surge com a sociedade de classes, contudo nessa sociedade a desigualdade entre o homem e a mulher é remontada, favorecendo apenas o homem, tendo em vista que não há alterações na estrutura do patriarcado (sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher), ou seja, enquanto as mulheres continuam sendo exploradas, o patriarcado é sustentado (LOPES, 2017, p. 7).

Podemos analisar as desigualdades entre homens e mulheres — que é reflexo, como exposto aqui, da opressão de gênero intrínseca do modelo de família patriarcal, hegemônico na sociedade contemporânea — a partir de dados sociais e econômicos. Como observado anteriormente, o gráfico 4 demonstra que mulheres constituem a maioria quando observadas as pessoas em ocupações informais (menores salários, menos direitos etc), agravando-se ainda mais a situação das mulheres negras por conta tanto da opressão de gênero quanto do racismo estrutural. Bem como no período da escravização,

As mulheres negras continuam a ocupar os lugares subalternos, estão entre as maiores taxas de desemprego e permanecem por mais tempo desocupadas. Quando estão empregadas, lhes são reservadas as ocupações de menor qualidade, status e remuneração (NASCIMENTO et al., 2021, p. 282).

Indo ao encontro do que afirma Hooks (2000) quando debate “a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação”, também é possível identificar que as mulheres despendem de quase o dobro de tempo realizando afazeres domésticos comparado aos homens, fenômeno que interessa aos agentes que se beneficiam com a estrutura social baseada na propriedade privada dos meios de produção, já que desta forma podem explorar economicamente os homens nas fábricas e empresas enquanto as mulheres realizam o trabalho doméstico não remunerado, fortalecendo a lógica patriarcal. Para Barbosa (2011, p.3)

É evidente que as mulheres são exploradas pelo capitalismo e pelo patriarcado ao exercerem exclusivamente as tarefas domésticas, porque o tempo que elas levam para organizar o campo da reprodução, como o cuidado com a educação, a saúde, a alimentação e a vestimenta não é computado, é exercido gratuitamente e de forma inescotável. (BARBOSA, 2011, p.3)

É o que evidenciam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE (2019). Conforme o Quadro 1, entre os anos de 2016 e 2019, houve um aumento na média de tempo gasto por mulheres maiores de 14 anos em relação aos afazeres domésticos:

QUADRO 1 — Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo

Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo				
Brasil				
Sexo	Ano			
	2016	2017	2018	2019
Total	16,7	16,5	16,8	16,8
Homens	11,0	10,8	10,9	11,0
Mulheres	20,9	20,9	21,3	21,4
Mulheres - Homens	9,9	10,1	10,4	10,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual

Os dados aqui trazidos, observados a partir do entendimento sobre os reflexos da sociedade patriarcal que delimitam, pela força física ou ideológica, os espaços onde as mulheres irão despender boa parte de seu tempo, dialogam com a falta de representatividade e acesso das mulheres a espaços de relevância social, como na política por exemplo, como demonstra Alves (2018, p.96, grifo nosso):

A grande batalha da mulher é ainda a ocupação de espaços de poder. Ao longo da história da humanidade, inclusive, as mulheres sempre foram furtadas desses espaços. Mas é das lutas e do comportamento das mulheres, em busca de políticas afirmativas por melhores condições de trabalho e direitos político-sociais, que as garantias dos espaços têm sido alcançadas. Porém, vale salientar que as desigualdades persistem em todos os campos da sociedade e, principalmente, na política. **Sabe-se que um dos fatores que dificulta a inserção das mulheres na política é a cultura machista; a reprodução de valores patriarcais, nos quais as crianças são educadas, aprendendo desde a infância que há funções distintas para homens e para mulheres.** Em tal modelo, sempre coube aos homens ocupar as funções de relevância no mercado de trabalho e os espaços nas instituições políticas (ALVES, 2018, p.96, grifo nosso).

Outro dado que expressa a profunda desigualdade que as mulheres sofrem é o da violência. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), três mulheres morrem por feminicídio por dia no Brasil. O que revela que, apesar dos avanços sociais conquistados pelas lutas das mulheres na sociedade contemporânea,

A violência contra a mulher é encoberta pelo capitalismo, já que essa violência é intensificada de acordo com a classe social, ainda mais agravada quando as mulheres são negras, trans, e periféricas. Percebe-se que a libertação das mulheres só será possível se conseguirmos por fim a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho, já que não é aceitável emancipar mulheres no capitalismo, dado que a ideologia baseada no instinto da propriedade privada é legitimada socialmente. (LOPES, 2017, p. 10).

Grupo que também sofre, historicamente, com mais gravidade as desigualdades expostas aqui são as LGBTQIA+. É importante que se entenda que a orientação sexual, bem como a de sexo, também é uma categoria criada sociologicamente que acaba por determinar a exclusão desses indivíduos a determinados espaços, criando-se uma realidade que nega ou rejeita a existência de indivíduos que não sigam os padrões aceitos na sociedade patriarcal, isso é, o sujeito que é “classificado como não hetero-cis-sexual, como os intersexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais e transgêneros (...) que não sigam os papéis culturais

impostos como adequados para cada gênero ou orientação sexual.” (CAZELLATO et al., 2016, p.928)

A sexualidade “Envolve uma construção e desconstrução histórico-cultural que engloba o controle social e o jurídico através do poder, isto é, do que é imposto e sistematizado como correto tanto pelo Estado quanto pela sociedade” (CAZELLATO et al., 2016, p. 921). Nasce, desta construção, métodos de perseguição e invisibilização da comunidade LGBTQA+, já que “A homofobia é um fenômeno, de cunho negativo e hierárquico, responsável pelos índices mais elevados de ilícitos praticados contra a comunidade LGBT em todo o mundo” (CAZELLATO et al., 2016, p.921).

O Estado, na contemporaneidade capitalista, foi protagonista na repressão das liberdades sexuais em diversas partes do mundo. Considerando outras formas de se relacionar e expressar a sexualidade, que não a hétero-cis-sexual, como “anormais”, utilizou da Ciência para criminalizar as LGBTQIA+ e a força policial para reprimir atos e manifestações que defendiam a liberdade sexual e a garantia de direitos para essas populações, já que a homofobia “Materializa-se de modos diversos de intolerância, preconceito e violência (...)” (CAZELLATO et al., 2016, p.921)

A sexualidade nessa disputa entre liberdade e opressão nas relações sociais produz um Regime Heterossexista que na sua função opressora produz exploração, opressão, subjugação e poder, de que o capitalismo se utiliza para constituir um sistema coeso de exploração e opressão. Mas, ao mesmo tempo, alguns sujeitos que corporificam gênero e sexualidade fora dessa estrutura reconhecem, em alguma medida, as dimensões emancipatórias e libertárias da sexualidade e produzem uma série de ações, experiências e posturas que buscam rupturas e descontinuidades com esse padrão de comportamento. (SOUZA, 2019, p.42)

No modo de produção atual, a heterossexualidade é utilizado enquanto instrumento de poder para a produção e reprodução da lógica de dominação de classe, já que vê em outras formas de sexualidade um risco ao processo de exploração e extração de mais-valia e, por consequência, do acúmulo de riqueza. Portanto, há uma relação intrínseca entre a heterossexualidade, a reprodução social e a exploração econômica da classe trabalhadora. Como afirma Souza (2019, p. 43, grifo nosso)

Heterossexismo é uma base social, histórica, material e cultural de opressão, exploração, alienação e esvaziamento libertário da sexualidade. Na sociedade capitalista, há uma sofisticação dessa base social de produção e reprodução

das sexualidades alienadas como uma organização cultural e político-econômica da heterossexualidade na base produção e reprodução heterossexista na economia, cultura, política, subjetividade. Ou seja, o capitalismo molda as bases sociais e simbólicas do heterossexismo para complexificar suas relações sociais e seus processos de exploração, dominação, poder e alienação das identidades, desejos-afetos e sexo, cultura e controle, repelindo suas dimensões libertárias e emancipatórias. **O heterossexismo garante reprodução social para o capitalismo, é interessante que o capitalismo oferece produção para o heterossexismo** (SOUZA, 2019, p.43, grifo nosso).

Esse fenômeno impede que os indivíduos não heterossexuais tenham seus direitos amplamente garantidos pelo próprio Estado, que muitas vezes realiza políticas de reparação, mas que não altera estruturalmente essas condições justamente por beneficiarem historicamente seus interesses, sobretudo, de classe. Os próprios índices de violência contra a população LGBTQIA+ são o reflexo da sociedade onde a classe dominante tende a normalizar a heterossexualidade e criminalizar, direta (repressão, perseguição, morte) ou indiretamente (silenciamento, invisibilização, esvaziamento), outros tipos de sexualidade que questionam os padrões estabelecidos.

Entre os anos de 2020 e 2021 a lesão corporal dolosa contra pessoas LGBTQIA+ subiu 35,2%, aumentando de 1.271 casos para 1.719. Em relação aos homicídios dolosos, a variação foi de 7,2% entre o mesmo período, totalizando no ano de 2021 179 vítimas. A mesma pesquisa ainda evidencia uma variação chocante de 88,4% quando observados os casos de estupros, com um aumento de 95 casos em 2020 para 179 em 2022 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Outro dado que sustenta o argumento é o de assassinatos de pessoas transsexuais. Segundo dados da Transgender Europe (TGEU), que pesquisa a situação relacionada à garantia de direitos humanos das pessoas trans ao redor do mundo, o Brasil é o país que mais mata transsexuais no mundo, totalizando 125 vítimas em 2021.

Para que um modo de produção social e econômico que garanta privilégios há uma determinada classe se reproduza - na forma, sobretudo, do acúmulo de riqueza -, a morte e a agressão física dos sujeitos que ameaçam a “ordem” são somente alguns dos métodos de exclusão e submissão, como o caso dos indivíduos historicamente marginalizados por questões de classe, cor, gênero, sexualidade e/ou religião. Mas há outros menos violentos - como a negligência e a omissão - que, da mesma forma, possuem impactos destrutivos em todos os âmbitos da vida desses

indivíduos, que se identificam com algum grupo sociologicamente categorizado enquanto minoria.

Analisando os dados expostos aqui, em conjunto com as reflexões de diversos autores, pode-se observar que há, portanto, grupos de indivíduos pertencentes a classe trabalhadora que sofrem com outros tipos e modos de desigualdade que os impedem, estruturalmente, de exercer com dignidade sua cidadania e de ocupar determinados espaços em nossa sociedade. Desta maneira, é importante que compreendamos, através das contribuições arquivísticas, o papel que o arquivista e o próprio arquivo possuem na sociedade frente a construção histórica dessa sociabilidade contemporânea.

3 POR UMA ARQUIVOLOGIA SOCIAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E DESENVOLVIMENTO

É neste contexto que os arquivos e a própria Arquivologia enquanto área do conhecimento e ciência desenvolveram-se. É em meio a luta de classe permeada por diversos tipos de opressões perpetuadas pelo sistema, toleradas pelo Estado e sofridas pelos oprimidos, que conseguiremos compreender o caráter social e crítico que a própria realidade impõe aos arquivos e seus agentes.

Isso é, o surgimento e desenvolvimento dos arquivos estão atrelados a própria capacidade de evolução da sociedade durante a história - nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Isso é, "(...) a Arquivologia surge como resultado de um desenvolvimento do Fazer nos arquivos que tem suas origens em período bem anterior ao desenvolvimento científico, podendo ser remetido ao ato de registro pelo homem para lembrar" (Schmidt, 2012, p. 103). Graças aos estudos arqueológicos e os próprios registros documentais preservados, sabe-se que os arquivos existem há milênios. Neste processo, durante o desenvolvimento da história, os arquivos foram pensados e concebidos de distintas formas, sendo-lhes atribuídos diferentes graus de importância a depender da formação política, econômica e social (MARQUES, 2011).

Após séculos de aperfeiçoamentos e descobertas empíricas nestes espaços, os arquivos ganham maior relevância dentro da vida social e administrativa por, além do aspecto da guarda, serem capazes de realizar a organização de diversos tipos de registros humanos. A própria arquivologia, enquanto prática e posteriormente ciência, surge nestes contextos de mudanças.

A Arquivologia, como todas as disciplinas e áreas do conhecimento, é marcada por modelos, crises, avanços e retrocessos, configurados em tendências históricas, que lhe conferem identidade no espaço das ciências ao longo do tempo. (...) A profissão do arquivista desenvolveu-se ao longo do tempo nas diversas sociedades, na medida em que evoluía a concepção da natureza dos documentos que deveriam ser conservados e o tipo de informação que se procurava (MARQUES, 2011, p.75).

Para compreendermos de forma mais didática as fases da Arquivologia, que se apresentam durante a história através de avanços, retrocessos etc., iremos partir da periodização elaborada por Schmidt (2012), que leva em conta (...) o contexto histórico, social, cultural, econômico e político no qual a trajetória destes registros está

inserida, valendo-nos dos registros considerados arquivísticos (...)” (SCHMIDT, 2012, p.103). A autora realiza a seguinte divisão para realizar a periodização:

QUADRO 2 — Desenvolvimento histórico da Arquivologia e suas características

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
História dos Arquivos	(...) aquele compreendido desde a invenção da escrita até a Revolução Francesa (1789). (...) é o processo de desenvolvimento do campo dos arquivos anterior ao estabelecimento “oficial” do arquivo enquanto instituição, indo desde as necessidades sentidas pelo homem em produzir e manter documentos até a concepção de arquivo como um ramo especializado do serviço público (...) (SCHMIDT, 2012, p. 103-104).
Arquivologia Clássica	Desenvolve-se até o pós Segunda Guerra Mundial, na década de 1940. Lançamento do Manual dos Holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973) e estabelecimento, portanto, da Arquivologia enquanto área científica (SCHMIDT, 2012).
Arquivologia Moderna	(...) teorias e métodos ampliados e que vão se construindo até o final da década de 1980, fase que definimos como transição e início para a Arquivologia Contemporânea. (SCHMIDT, 2012, p. 103) (...) tempo no qual a gestão administrativa, aliada às inovações tecnológicas, ganha fôlego e demanda novas atitudes por parte da Arquivologia e seus profissionais. (SCHMIDT, 2012, p. 147)
Arquivologia Contemporânea	Os questionamentos não estavam mais polarizados entre os “novos” x “velhos” documentos e os paradigmas que os estabeleciam. Era necessário lidar com novos suportes documentais e perfis de usuários, além das mudanças que se apresentavam junto à introdução do computador na produção documental (SCHMIDT, 2012, p. 182-183). Superação do paradigma “custodial” e estabelecimento do paradigma “pós-custodial”.

FONTE: SCHMIDT, 2012.

Neste sentido, Marques (2011) também examina as peculiaridades do arquivo em cada contexto social durante a história. Por exemplo, na antiguidade, durante a **História dos Arquivos** (SCHMIDT, 2012), no modelo de sociabilidade greco-romana, “(...) a ideia de arquivo ligava-se a uma entidade respeitável, a ser protegida pelos deuses (...)” (MARQUES, 2011, p.81). Depois, através da igreja “(...) passou a ser

utilizado (...) como um espaço para a guarda de documentos de valor de prova ou memória do passado (SILVA et al, 1999)” (MARQUES, 2011, p.81).

Prova da relevância dos arquivos desde aquelas sociedades são os métodos de organização dos documentos já observados naquele contexto, evidenciados pelos rastros históricos que historiadores e pesquisadores tiveram acesso. Como demonstra Marques (2011, p.81) “A sistemática organização dos rolos de papiro, com seu conteúdo datado, revela certo grau de maturidade técnica arquivística já naquela época”.

Acompanhando a esteira das mudanças sociais, os arquivos ganham novos contornos a partir do domínio e influência da igreja cristã sob as instituições e sociedade civil, quando “A natureza enciclopédica das bibliotecas leva à concepção de arquivos de procedências diversas, interferindo na sistemática orgânica arquivística” (MARQUES, 2011, p. 81). Mas é no auge das revoluções burguesas europeias, mais precisamente no desenrolar da Revolução Francesa de 1789 que o arquivo, e os próprios arquivistas, ganham as qualidades que, em alguma medida, ainda conseguimos identificar nos dias atuais - dando início, portanto, a uma nova fase na Arquivologia, conhecida como a **Arquivologia Clássica** (SCHIMIDT, 2013).

A Revolução Francesa marcaria a trajetória da Arquivologia com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e, sobretudo a concepção dos arquivos nacionais, mantenedores da memória na perspectiva do significado histórico dos documentos (SILVA et al, 1999; FAVIER, 2001; DUCHEIN, 1992) (...) É no contexto do Iluminismo, portanto, que os arquivos passam a ter relevância, como auxiliares da administração pública. A criação do Arquivo Nacional da França (1789) marca o surgimento das instituições arquivísticas (MARQUES, 2011, p.84).

E é nesta fase ainda, mas somente no século XIX, que as bases necessárias para uma Arquivologia científica surgem. Neste aspecto, Marques (2011) ressalta a importância dos manuais arquivísticos, na esteira da tradição manualística, para a cientificidade da área. Conforme Schmidt (2012, p.112)

A aceitação da publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), mais conhecido como Manual dos Holandeses, como marco referencial que situa o surgimento institucional da Arquivologia enquanto área de Saber é compartilhada por grande parte de sua comunidade científica. Isso não significa que esta tenha sido a primeira publicação sobre a temática ou que através desta é que novas teorias foram construídas (...) Contudo, foi através dele que estes princípios teóricos,

gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Ademais, outro elemento que justifica a “cientificidade” da Arquivologia a partir do Manual dos Holandeses é o que alguns teóricos da área definem como “autonomia” perante outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Biblioteconomia e a Diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios (SCHMIDT, 2012, p. 112).

Outro aspecto fundamental para o surgimento da Arquivologia enquanto ciência — a partir das condições materiais que se encontravam os arquivos (principalmente neste caso, os franceses) — é a criação do princípio Proveniência” que “(...) tornar-se-ia a base teórica da Arquivologia, articulando os demais princípios em torno da informação orgânica registrada, objeto da área (...)” (MARQUES, 2011, p.206).

Cria-se então as condições necessárias para o debate e desenvolvimento de teorias arquivísticas, que, partindo dos mais diversos contextos geográficos, permitiram a evolução da Arquivologia enquanto ciência e deram as condições para o surgimento do que ficou conhecido na literatura como **Arquivologia Moderna** (SCHMIDT, 2012, p.146-147).

Essa atribuição de “Moderna” resulta de uma nova realidade que se apresenta ao campo dos arquivos, isto é, a importância e a preocupação com os documentos administrativos, definidos pelos pensadores da Arquivologia à época como “documentos modernos”, visto que eram aqueles recém-produzidos e em grandes quantidades, diferente da concepção vigente em cujo foco estavam os documentos considerados históricos e através do qual as teorias, Funções e Princípios da Arquivologia vinham sendo construídos (SCHMIDT, 2013, p.146-147).

É, fundamentalmente, nos Estados Unidos que a área ganha novos contornos e se moderniza frente ao desenvolvimento tecnológico próprio dos países desenvolvidos, o que ficou conhecido como *records management*. Fato este que se relaciona com o que ficou conhecido como “boom” ou “explosão” documental surgido por conta da grande massa de documentos produzidos durante e após a Segunda Guerra Mundial (SCHMIDT, 2013).

É neste contexto que Schellenberg cria a divisão de documentos entre primários - “Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora” (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2013, p. 171) - e secundários - Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2013, p. 172). Também é onde Phillips C. Brooks

desenvolve a teoria do Ciclo Vital - “Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo da sua produção à guarda permanente ou eliminação.” (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2013, p. 47).

(...) esse período da Arquivologia Moderna consideramos como sua fase paradigmática, pois além de conviver com os Princípios e teorias preconizados pela Arquivologia Clássica, alarga seu campo de atuação com a introdução dos documentos administrativos no Fazer e no Saber. Ampliam-se as reflexões teóricas, os serviços e caráter das instituições arquivísticas, além da atuação dos arquivistas (SCHMIDT, 2013, p.177).

A partir do 2/4 do século XX novos debates como os direitos humanos, direito à informação e uso da tecnologia surgem frente às necessidades e demandas da própria sociedade, já que os indivíduos foram colocados frente a situações até então jamais vistas ou sentidas por determinados grupos sociais, como o rápido desenvolvimento tecnológico e a própria Segunda Guerra Mundial e o fenômeno do nazi-fascismo.

Mas é somente nos anos 80 que a Arquivologia entrará num debate teórico que irá refletir concretamente os efeitos e mudanças sociais observadas a partir da Segunda Guerra, dando início a fase da **Arquivologia Contemporânea**.

Os questionamentos não estavam mais polarizados entre os “novos” x “velhos” documentos e os paradigmas que os estabeleciam. Era necessário lidar com novos suportes documentais e perfis de usuários, além das mudanças que se apresentavam junto à introdução do computador na produção documental. (...) É nesse cenário de incertezas que se desenvolve o que delimitamos como a fase da Arquivologia Contemporânea. Um tempo sujeito às mudanças sociais e tecnológicas que fazem a área revisitar sobremaneira seu estatuto científico, da mesma forma que os avanços da ciência, da tecnologia e a Segunda Guerra Mundial geraram tamanha produção documental a ponto de direcionar a comunidade arquivística da época a repensar o que havia sido construído até então. (SCHMIDT, 2012, p.182-183).

E é a partir deste debate que iremos nos concentrar em identificar os traços sociais atribuídos aos arquivos durante o desenvolvimento da área na contemporaneidade. A periodização da história da Arquivologia, proposta por Schmidt (2012) demonstra que o desenvolvimento do arquivo, enquanto “(...) entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família (...)” (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2013), e da própria Arquivologia está direta e indiretamente relacionada aos aspectos estruturais dos modelos de sociedade durante o desenvolvimento da história.

Isso é demonstrado, também, no fato de que num momento o arquivo tem como objetivo apenas a guarda, no outro, torna-se peça fundamental tanto para a guarda quanto para a organização e gestão e agora, além das funções já antes observados, preocupa-se com a difusão e acesso amplo dos documentos arquivísticos, ao ponto em que desenvolveu-se, nos últimos anos, novos paradigmas na arquivologia, preocupada com questões sobre acesso, difusão, poder e memória (TOGNOLI et al, 2021).

A partir de uma perspectiva histórica, é frente ao avanço global da tecnologia, da extensa produção de documentos, agora, em novos suportes como o eletrônico, e de mudanças estruturais no que tange a cultura, sociabilidade e economia que surge a **Arquivologia Contemporânea** (SCHMIDT, 2012).

Mas diferente de sua fase Moderna, o que se apresenta atualmente em termos de produção documental, usos, valores e funções de documentos, é uma realidade cada vez com menos fronteiras, muros e papel. Sem fronteiras por estar sua natureza científica inserida nos projetos de interdisciplinaridade substanciados pelos pensamentos “informacional” e “pósmoderno”. (SCHMIDT, 2012, p. 183-184).

Neste contexto de mudanças, o debate entre o caráter social dos arquivos ganha fôlego com o surgimento de novos paradigmas e abordagens dentro da Arquivologia, ao passo em que temas como as novas tecnologias digitais, a transparência, a cidadania e a justiça também influenciam e se aproximam, cada vez mais, da área. Schmidt (2012) destaca as principais abordagens observadas na contemporaneidade e categoriza-as a partir de suas características e principais teóricos.

QUADRO 3 — Abordagens Teóricas da Arquivologia Contemporânea

ABORDAGEM	OBJETO CIENTÍFICO	CARACTERÍSTICAS
(TEORIA) Records Continuum	Informação gerada pelos processos	Derivada da existência do mundo digital; baseada na abordagem do “Sistema de Séries”; estabelece uma perspectiva contínua para a gestão de documentos, que não separa os documentos correntes dos permanentes e nem a profissão entre records managers e archivists; documento de arquivo como entidade lógica e não física; rejeitam a teoria do Ciclo Vital por a considerarem linear e fragmentada
Pós-Custodial	Informação Social	Mais ênfase na informação do que nos aspectos físicos e estáticos do documento; dinâmica transdisciplinar e interdisciplinar; defende mudança-ampliação do Objeto científico, isto é, mudança do paradigma custodial para o pós

		custodial; - critica o conceito de informação orgânica; - Malheiro defende como diferente da Arquivologia pós moderna
Arquivística Integrada	Informação Orgânica	Negação quanto à divisão americana “Moderna” entre records e archives, (re) construção da área e sua (re) condução ao nível de disciplina científica, gestão da informação devendo subsidiar a gestão de documentos, integração dos valores primários e secundários aos documentos
Arquivística Funcional ou Pós-Moderna	Process-Bound information - informação gerada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual	Crítica a Diplomática arquivística; revisita o Princípio da Proveniência com o discurso do “contexto por trás do texto”; paradigma social dos arquivos; influência do sujeito na produção; documento como produto de uma atividade; documento não é considerado imparcial e neutro; análise funcional do processo de criação do documento; muda o foco do documento para o processo que o criou; novas formas de produção documental; - MACROAVALIAÇÃO (macroappraisal) funcional-estrutural; é a avaliação das funções e não dos documentos, por isso é a macroavaliação; importante para a preservação dos documentos eletrônicos; afirma que a produção anterior é obsoleta e defende a ruptura; pósmodernidade como tendência intelectual; documento de arquivo como PRODUTO e não como subproduto; critica a Naturalidade e a Imparcialidade; - documento eletrônico é o primeiro cerne da “pós-modernidade” para a área; critica a Imparcialidade e a Naturalidade; Propõe a Macroavaliação e a redescoberta da Proveniência; influenciados pela inserção dos documentos eletrônicos; conceito de Fundo é dinâmico em detrimento de um Fundo estático (realidade dinâmica estática); Arquivos sem muros (não necessariamente físico e deve ser acessível)
Diplomática Arquivística ou Contemporânea	Documento de Arquivo	Volta aos clássicos (Jenkinson); documento como subproduto de uma atividade; valor probatório; gênese e tipologia documental; texto por trás do contexto; prevalecem a IMPARCIALIDADE, AUTENTICIDADE, NEUTRALIDADE, UNICIDADE E INTERRELACIONAMENTO; redescoberta da Proveniência; Diplomática para compreender o processo de produção dos documentos e definir tipologia; defende valor probatório; reinventa uma disciplina muito ligada à paleografia e documentos antigos, históricos; diferente da Diplomática Clássica que trabalhava com documentos únicos e antigos e históricos, essa diplomática se vale das séries documentais podendo também ser aplicada nos documentos contemporâneos; Documento como subproduto; influenciados pela inserção dos documentos eletrônicos; Projeto InterPARES
Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação	Arquivo - enquanto conjunto de documentos de arquivo -; documento de arquivo	Fixar os tipos documentais mais recorrentemente produzidos e solicitados, formação de séries documentais, determinar a identidade do documento de arquivo, caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade, elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto, revelar o vínculo arquivístico

FONTE: adaptação de SCHMIDT (2012)

Como observado, no quadro 3, há diferentes e, em alguns casos, divergentes perspectivas na Arquivologia que surgiram através de um acúmulo de demandas sociais e tecnológicas observadas a partir da década de 80. Mas iremos nos concentrar no debate realizado pela Arquivística Integrada e Pós-moderna, que dão qualidades interessantes aos aspectos sociais e culturais dos arquivos, construindo, desta forma, o terreno para os estudos em torno do acesso, difusão e usuários.

A Arquivística Integrada surge no Canadá, na década de 80, e foi elaborada por Couture, Rousseau e Ducharme (SCHMIDT, 2012), e é definida como

(...) uma abordagem onde a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos, sendo que para isso revisitam conceitos, Princípios e teorias arquivísticas, considerando que a Classificação pode ocorrer em qualquer etapa das Três Idades e não apenas quando da chegada do documento ao arquivo. Valorizam a concepção de Fundo e a ela relacionam a garantia da integridade do documento. Reforçam como fundamental para a área a atribuição e integração dos valores primários e secundários aos documentos, e que o tratamento arquivístico deve ser iniciado no momento de produção do documento (...) (SCHMIDT, 2012, p.192).

Os três autores canadenses inauguram a defesa pela integração simultaneamente dos valores primários e secundários numa só abordagem, visando desta forma solucionar problemas observados durante a gestão documental do modelo europeu e estadunidense (SCHMIDT, 2012). Se diferencia, portanto, das perspectivas arquivísticas anteriores que 1) ou dão enfoque às demandas administrativas e, portanto, o valor primário dos documentos, como o *records management* estadunidense clássico que separa *records* de *archives* 2) ou que se preocupavam quase que exclusivamente com as demandas históricas e de pesquisa, como a tradição arquivística europeia que foca sob valor secundário dos documentos. Por essa razão,

A “novidade integradora” que concebem tem como foco o tratamento, a recuperação e o acesso da informação orgânica registrada - entendida como elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão [organismo] (...) que dá origem aos arquivos do organismo (ROUSSEAU; COUTURE, 1988, p. 64) -, desde seu nascimento até seu destino final, não considerando, portanto, a separação entre records e archives, mas, contudo não desmerecendo a teoria das Três Idades. O que passa a ser mais importante é a gestão da informação em relação à gestão do documento, e por isso a Arquivologia deve ser uma disciplina autônoma inserida na(s) Ciência(s) da Informação, seu “novo” lugar epistemológico (SCHMIDT, 2013, p.193).

Supera, portanto, os paradigmas anteriores que, na contemporaneidade, já não davam contas de todas as demandas informacionais e “(...) propõe uma arquivística que se preocupa com o tratamento da informação desde seu nascimento até seu destino final.” (GARCIA et al., 2002, p.46). Agora, “A arquivística é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a **criação**, a **avaliação**, a **aquisição**, a **classificação**, a **descrição**, a **comunicação** e a **conservação**” (GARCIA, et al., 2002, p.46).

Na arquivística integrada, que coloca agora a Arquivologia enquanto área dentro da Ciência da Informação, o contexto organizacional ganha papel de destaque na análise que se faz sob o documento, já que “O foco passa a estar nas propriedades do documento como testemunho de ações e transações do seu produtor e, portanto, no contexto orgânico da produção e manutenção dos registros (...)” (MARQUES, 2011, p. 130), fazendo com que o próprio olhar do arquivista, desde a produção até o recolhimento do documento, seja, além de técnica, social, se tornando não mais “(...) meros receptores de documentos e assumindo um papel mais dinâmico (...)” (MARQUES, 2011, p.131).

Dinâmico, pois além de receptor, a partir da arquivística integrada, o arquivista agora é concebido como agente responsável por intervir na gestão da informação arquivísticas independente se na fase corrente, intermediária ou permanente, “(...) em detrimento de seus “antigos” atributos tecnicistas, patrimonialistas e custodiais.” (SCHMIDT, 2012, p.195). E é com o desenvolvimento da Arquivística Contemporânea que destaca-se ainda mais o papel ativo dos arquivos na sociedade, já que “(...) inserida na CI, a Arquivologia torna-se “Pós-custodial”, preocupando-se mais com as questões científicas e com o acesso à informação, do que com a guarda/custódia dos documentos (...)” (SCHMIDT, 2012, p.195).

As sete funções estabelecidas pela arquivística integrada - criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação e a conservação - são fundamentais para que os arquivos cumpram seus objetivos basilares. Mas é em detrimento dos atributos retrógrados, patrimonialistas e custodiais, que durante séculos foram postos aos arquivos, que agora a função de **comunicação/difusão** é colocada em elevado grau de importância, propiciando desta forma uma maior reflexão sobre o papel ativo dos arquivos na sociedade atual. Difundir tem a ver com encontrar estratégias para levar as informações arquivísticas registradas nos documentos para além das paredes

do próprio arquivo, independente se corrente, intermediário ou permanente, bem como em trazer indivíduos, a partir destas estratégias de transparência e difusão, para dentro do próprio arquivo. Porém, há várias conceituações e sinônimos que se dá a difusão no âmbito da arquivologia.

O próprio caráter multidisciplinar da Arquivologia contemporânea traça um elo entre Ciência da Informação e Ciência da Comunicação, já que, segundo Rockembach (2015, p.101) “(...) o ‘difundir’ fazendo parte do fenômeno ‘comunicar’ que, por sua vez, estabelece relação com o fenômeno ‘informar’ a partir dos usos do conteúdo produzido”, o que pode explicar a utilização do termo “comunicação” em alguns textos para referir-se a prática de “difusão”.

Neste sentido, para Rockembach (2015) há necessidade de se pensar a difusão não mais pelo viés patrimonialista decorrente do pensamento clássico na Arquivologia, onde enxerga-se, prioritariamente, a difusão a partir somente dos arquivos permanentes, mas sim pensar a difusão a partir do desenvolvimento da própria sociedade onde novas tecnologias emergem e a própria informação arquivística ganha novos significados. Para o autor “Torna-se necessário uma atenção a três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação” (ROCKEMBACH, 2015, p.105). A “(...) acessibilidade e transparência, marketing aplicado a serviços e produtos de informação, estudo de usuários, comportamento informacional, mediação da informação e literacia informacional” (ROCKEMBACH, 2015, p.105) são alguns elementos que, segundo o autor, podem auxiliar no processo de difusão.

Por muito tempo os arquivos foram pensados e executados como meros depósitos de documentos, e os profissionais que neles atuavam se limitavam a executar as operações arquivísticas sob um olhar estritamente tecnicista que objetivava, acima de tudo, o armazenamento dos documentos. Esse cenário transformou-se a partir das reflexões que pensam, sobretudo, no potencial social dos arquivos. Para Rockembach (2015) é justamente por conta desses novos parâmetros científicos na arquivologia que a difusão ganha relevância *sine qua non* e que cria a necessidade de, entre outras coisas, criar “(...) uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia” (ROCKEMBACH, 2015, p.113).

É neste mesmo sentido de colocar a importância de se difundir a informação arquivística, compreendendo o contexto em que arquivos e seus agentes estão inseridos, que no Canadá desenvolve-se um novo paradigma na Arquivologia Contemporânea, que se preocupa em examinar, amplamente, o contexto social dos arquivos, do documento e dos arquivistas na sociedade a partir de uma perspectiva pós-moderna crítica ao paradigma custodial: a Arquivística Funcional ou Pós-Moderna, desenvolvida por Terry Cook.

Cook defende a ideia de uma mudança de paradigma na área que deve englobar, agora, o contexto sociocultural e ideológico de criação do documento, que não deve mais ser entendido como um objeto estático, e sim como um agente ativo na formação da memória humana e organizacional (TOGNOLI, 2012, p.24).

Esta concepção rompe com a ideia de neutralidade atribuída tanto aos arquivos e arquivistas quanto aos documentos, pois compreende que os agentes que pensam e concebem os arquivos, historicamente, tomam decisões que, inevitavelmente, tendem a favorecer um grupo de indivíduos ao passo em que desfavorecem outros - o que está refletido diretamente nas próprias funções dos documentos.

Se na pós-modernidade tudo é moldado segundo algum propósito, com os documentos não seria diferente. Para a corrente pós-moderna, seria impossível um documento ser gerado sem que houvesse intenções de poder e manipulação por trás dele. O discurso e a forma do documento são minuciosamente elaborados, de forma a construir as relações de poder entre o dominador e o dominado (TOGNOLI, 2012, p.25).

Perspectiva que os autores canadenses da arquivística integrada já observavam quando identificavam o Arquivo como “Espelho da sociedade que os constitui, os conserva e os explora para fins administrativos, jurídicos, culturais, patrimoniais ou de pesquisa” (ROUSSEAU & COUTURE, 1998).

A concepção dos arquivos enquanto instrumentos de poder e dominação evidenciam que a prática e as técnicas utilizadas pelos arquivistas no âmbito do arquivo, mesmo que não percebidas, estão imbuídas de intenção e ideias, já que, como afirma Tognoli (2021, p.26) “Os documentos são moldados (...) por um autor para alguma finalidade. Nenhum texto é um produto inocente de uma ação. Para Terry Cook (2001b, p. 25, tradução nossa), muitas vezes essa construção se dá em padrões inconscientes de comportamento social (...)”.

Parte da concepção moderna e idealista, superada por Cook e que tenta dar conta de analisar a realidade em torno dos arquivos “(...) leva a Arquivística e os profissionais de arquivo a denominarem esse processo de criação dos documentos como algo neutro e imparcial, quando na realidade não o é.” (TOGNOLI, 2012, p.26).

Também é repensada a forma como se lê a relação produtor-documento no contexto do ciclo documental a partir do paradigma pós-moderno, já que parte-se, agora, do todo ao particular. Isso é “É necessário que a disciplina considere o contexto social, organizacional e funcional de criação e manutenção dos registros. (...) O que se deve levar em conta é o contexto e o processo do documento. (TOGNOLI, 2012, p.27). O contexto no sentido pós-moderno, portanto, torna-se basilar para a compreensão do documento em sua totalidade.

Buscando um entendimento maior do contexto de criação dos documentos, como fundamento para uma disciplina mais dinâmica e contemporânea, a Arquivística Funcional prima pelo contexto funcional e social do documento, dando ênfase na proveniência e na dinamicidade do registro arquivístico, enquanto um objeto virtual, construído a partir de uma intenção, e cujo foco recairá sobre o processo de criação desses registros (TOGNOLI, 2012, p.32).

É neste sentido de pensar o contexto que o paradigma pós-moderno elabora o conceito de Macro-avaliação, que considera que

que os documentos devem ser selecionados e avaliados com base na narratividade contextual de criação, ao invés do conteúdo, englobando tanto os documentos que representam a voz dos poderosos como os que representam a voz dos marginalizados. (TOGNOLI, 2012, p.31).

Durante a história é possível observar que, a partir dos contextos diversos e específicos, os arquivos desempenharam e estabeleceram, a partir de intenções, relações de poder que estão refletidos na produção, guarda e difusão dos documentos em diversos cenários políticos e econômicos, como nos processos de expansão imperialista no América do Sul e Central, África e parte do Oriente e nas ditaduras civis-militares da América Latina. Durante as ditaduras na Argentina e no Brasil, que ocorreram após a metade do século XX, por exemplo, (...) foram criados centros de informações que faziam espionagem de pessoas consideradas perigosas para o governo e que por consequência também serviram para que pudessem realizar interrogatórios e prisões. (LOPES et al., 2013, p.7)

Nestes contextos, o Estado enquanto instrumento de poder que representa, sobretudo, os interesses da classe dominante, utiliza os arquivos e centros de

documentação e informação como fontes para a política de repressão contra grupos que resistem ou ameaçam as arbitrariedades que o próprio Estado produz.

Sendo assim, os documentos produzidos pela Ditadura Civil-Militar traziam consigo a função de auxiliar na manutenção do sistema repressivo, que era extremamente burocrático. Era necessário produzir registros, em especial dos depoimentos prestados (muitas vezes sob tortura), com o objetivo de impor a autoridade – dentro da dinâmica militar – e criar provas contra os presos, sendo estas, em alguns momentos, forjadas. (LOPES et al., 2013, p.10-11)

E os próprios Estados, que através dos arquivos repressivos perseguiram, vigiaram e puniram arbitrariamente indivíduos que se opunham às ideias da classe dominante daquele contexto, darão forma às políticas relacionadas, após o fim das ditaduras-civis militares, as documentações produzidas durante aquele período. Isso é, irão atribuir intenções, ideias, propósitos aos documentos, não somente em sua produção, mas em todo ciclo vital, até sua posterior (ou não) difusão, corroborando a tese “(...) pós-moderna [que] procura, portanto, “desnaturalizar” o que a sociedade assume como natural, aquilo que foi durante anos aceito como normal, natural e racional. Tudo é socialmente e culturalmente construído (...)” (TOGNOLI, 2012, p.26).

É o que podemos observar, também, após o fim da ditadura civil-militar no Brasil, onde o Estado elabora “(...) leis e decretos [que] foram criados enfatizando o sigilo, sendo o acesso concedido por comissões que faziam avaliação do que poderia ser conhecido ou não” (LOPES et al., 2013, p.13). Segundo Lopes et al. (2013) ainda há problemas possíveis de serem identificados na Lei nº 159, conhecida como Lei dos Arquivos, publicada no período de redemocratização, que

Colocou em risco a salvaguarda de direitos humanos fundamentais e também dos estudos científicos a serem desenvolvidos com auxílio de fontes primárias. E, claro, prejudicou o processo de memória social e política brasileira, e também na justiça de reparação dos familiares e vítimas da repressão militar brasileira com o não acesso dos arquivos da repressão. (LOPES et al., 2013, p.14).

Isso demonstra que as reflexões feitas a partir das políticas do medo e da morte realizadas durante os processos ditatoriais na América Latina trouxeram à tona debates fundamentais para pensar, a partir da nossa realidade nacional, a importância estratégica que os documentos arquivísticos, em todas suas fases dentro do ciclo vital, possuem enquanto instrumentos de memória e reparação, através principalmente da difusão destas informações. E apesar de haverem políticas que foram e são linhas

auxiliares no apagamento dos perseguidos e na anistia dos culpados, há outras que dão voz aos que lutaram. Como bem afirma Araújo (2013, p.55)

Na América Latina, a abertura dos arquivos dos regimes ditatoriais tem permitido toda uma reconstrução da história recente de vários países. O estudo de García Ferreira (2007) sobre as intervenções da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) para promover golpes de estado e desestabilizar governos considerados “perigosos” na Guatemala e, depois, no Uruguai e em outros países, é um claro exemplo de como a Arquivologia pode participar da construção da compreensão histórica em diálogo com a disciplina História, e não apenas a serviço dela. No Brasil, esse tipo de perspectiva ganhou destaque com a aprovação da Lei Acesso à Informação de 2011 e com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade relacionados com a reconstrução da memória dos períodos ditatoriais vividos no país (ARAÚJO, 2013, p. 54-55).

A própria Lei de Acesso À Informação (2011) é fruto dessa construção histórica que nasce no contexto da arquivologia social. A lei ajudou a evidenciar no Brasil a extrema necessidade da publicização e do acesso às informações de interesse público à população, ressaltando a importância de se pensar as informações não somente para o uso da própria administração estatal, mas para a sociedade civil na forma de usuários e potenciais usuários, pois como afirma Delmas (2010, p,21, grifo nosso),

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. **Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social** (DELMAS, 2010, p.21, grifo nosso).

Parte do debate crítico na Arquivologia - que se desenvolve através dos debates em torno das funções sociais dos arquivos e ganha força a partir de reflexões realizadas sobre eventos históricos como os citados acima - está atrelado ao conceito de justiça social, que “(...) é ampliado, descolando-se da ética cristã e da esfera econômica - para avaliar a distribuição de renda e riqueza - aproximando-se das discussões sobre igualdade de gênero e direito de minorias” (TOGNOLI, 2021, p.19).

Esses estudos partem do contexto amplo - social, político, organizacional, econômico, cultural - onde arquivos e arquivistas estão inseridos e compreendem que “Faz parte da responsabilidade social do arquivista promover e manter a justiça social, apoiar iniciativas, assumir posições políticas e criar possibilidades de garantias de direito e acesso” (TOGNOLI et al., 2021, p.5). Como afirma Tognoli et al. (2021, p.19)

Tal tendência encontra fulcro, especificamente, na abordagem pós-moderna da Arquivologia, valendo-se dos estudos sobre as teorias críticas como o feminismo, a teoria crítica da raça, as questões indigenistas, o pós-colonialismo e a decolonização - essas últimas com forte influência do pensamento do arquivista sul africano Verne Harris (2002) - levando os autores Caswell, Punzalan e Sangwand (2017) a definirem esse movimento como Critical Archival Studies, ou, estudos arquivísticos críticos, em uma tradução livre (TOGNOLI et al, 2021, p.19).

Para a autora, as pesquisas sobre justiça social nos arquivos, localizadas com maior frequência na literatura internacional, evidenciam ainda mais a extrema importância que a informação arquivística possui para o resgate histórico e cultural das populações marginalizadas e oprimidas. O debate e o reconhecimento em torno da utilidade social dos arquivos, ressaltada por determinados paradigmas contemporâneos como a arquivística integrada e funcional, joga luz sobre o papel fundamental que essas instituições desempenham para o progresso humano e para a construção coletiva de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, pois demonstram que o arquivo, quando acessível, se torna um instrumento de conscientização política e de justiça.

Mas, como vimos, para colocar em prática as potencialidades do arquivo em nossa sociedade, para ser acessível à população enquanto instrumento de justiça e conscientização, é de suma importância que os arquivistas tenham consciência de que 1) o documento arquivístico cumpre um **papel ativo e social na construção da identidade e memória de um povo** - como demonstra o paradigma funcional - e que, portanto, 2) as informações arquivísticas sejam **difundidas para ampliar-se o acesso** - como destacado pela arquivística integrada -, já que se constitui como uma das funções primordiais dos arquivos.

O ato de difundir possui caráter educacional e conscientizador, fazendo com que a atuação do arquivista e dos trabalhadores de arquivo se torne também política e social, ultrapassando os limites técnicos que algumas funções arquivísticas impõem, e dando ao próprio arquivo traços sociais muito evidentes. Ou seja, é a partir, sobretudo, da difusão e do acesso que poderemos efetivar o compromisso social que os arquivos possuem para com a população no tocante à garantia de direitos, prestação de contas e direito à memória.

Surge, desta forma, a possibilidade de criar-se e cultivar-se uma comunidade de usuários e, por consequência, a necessidade de estudá-los a fim de garantir

estratégias de difusão mais adequadas frente às condições existentes nos diferentes contextos sociais.

3.1 ESTUDO DE USUÁRIO (HISTÓRICO, ETAPAS, PARADIGMAS)

Como vimos, com o desenvolvimento da sociedade e da própria arquivologia, os arquivos começaram a ser concebidos cada vez mais como instituições a serviço da sociedade em geral, e não apenas de um grupo restrito de indivíduos, comumente, durante grande parte da história dos arquivos, representados na forma de agentes da nobreza, alto clero e Estado. Corroborando com esta perspectiva, Jardim et al. (2004, p.1) afirma que

Do ponto de vista dos impactos deste contexto no universo arquivístico, alguns autores sugerem que não apenas necessitamos nos movermos em direção a um paradigma da pós-custódia arquivística, mas também partimos do modelo "arquivos direcionados para os arquivistas" para "arquivos direcionados para os usuários". É cada vez mais ressaltado que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes (JARDIM et al., 2004, p.1).

Isso é, a partir da devida preocupação com o acesso e difusão das informações arquivísticas, os usuários e, portanto, os estudos de usuários ganharam maior relevância, tanto em meio aos debates na área quanto na própria prática arquivística. Mas antes de se tornar um tema relevante no âmbito específico da Arquivologia, o estudo de usuário já era realizado pela Ciência da Informação, com o seu foco mais ligado a qualidade, eficiência e utilização dos sistemas de informação.

o estudo de usuário surgiu como forma de investigação, cujo objetivo era mapear as características de determinada população para planejar quais as informações mais adequadas a serem oferecidas com fins de educação e sociabilização, caminhando assim para os estudos dirigidos, no intuito de perceber se as necessidades de determinados grupos de usuários estavam sendo satisfeitas adequadamente, buscando também oferecer um feedback aos sistemas. (CAVALCANTE et al., 2017, p.384)

Cavalcante et al. (2017) traça um percurso histórico que evidencia desde o surgimento dos Estudos de Usuário no campo da Ciência da Informação até os primeiros estudos deste tipo com foco nos usuários de arquivo, o qual reproduzimos na tabela a seguir.

QUADRO 4 — Estudo de Usuários durante a história

Período	Característica do Estudo de Usuário
---------	-------------------------------------

1940 e 1950	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de usuário voltaram-se para o fluxo de informação e hábitos informacionais de pesquisadores e cientistas (...) • décadas mais tarde se propõem a traçar perfis sociodemográficos de usuários para assim delimitar seu comportamento informacional
1960	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de usuário passaram a se preocupar com a frequência de uso de materiais específicos e outros comportamentos, numa abordagem basicamente quantitativa (...)
1970	<ul style="list-style-type: none"> • estudos com abordagens efetivamente voltadas para os usuários, tendo o sujeito como principal perspectiva
1980	<ul style="list-style-type: none"> • surge a preocupação com a automação (...)
1990	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos voltam-se para o comportamento informacional, que define como os indivíduos buscam e utilizam a informação em diferentes contextos. • (...) começaram a implementar os estudos de usuários em arquivo (...)

FONTE: CAVALCANTE et al. (2017)

Ao passo em que esses estudos foram sendo desenvolvidos e aprofundados, novas problemáticas em torno do tema surgiram, dando a oportunidade para que múltiplas perspectivas sobre os usuários fossem colocadas em debate. A própria visão do usuário enquanto agente ativo (com demandas, vontades, intenções) é dada a partir do desenvolvimento que os estudos dos usuários realizaram, criando-se, portanto, abordagens distintas nesta área de estudo. Para Cavalcante (2017, p.387) “(...) as abordagens do estudo de usuários podem ser classificadas em: abordagem tradicional, abordagem alternativa e abordagem sociocultural”.

A primeira, a **abordagem tradicional**, carregando fortes influências dos primeiros estudos de usuários, “(...) está focada nos aspectos quantitativos, na busca

por padrões e regularidade de comportamento dos usuários. Objetiva avaliar o desempenho do sistema quanto ao armazenamento, acessibilidade e disseminação da informação.” (CAVALCANTE, 2017, p.387). Demonstra, desta forma, estar ligada com os preceitos do paradigma custodial quando preocupa-se, sobretudo, às questões técnicas relacionadas aos instrumentos de acesso aos documentos.

Já na **abordagem alternativa**

O usuário da informação passa a ser visto como um sujeito cognoscente e ativo ao longo do processo de busca e uso da informação, onde as necessidades cognitivas, afetivas e fisiológicas são partes atuantes. “Assim, a ênfase atribuída era a produção de sentido individualizada, a estrutura cognitiva do sujeito e a informação como meio de transformação das estruturas do conhecimento.” (INGWERSEN, 1992 apud TANUS, 2014).

A terceira abordagem, conforme Cavalcante (2017), diz respeito ao **paradigma social ou sociocultural**, “(...) onde os usuários, agora qualificados como sujeitos informacionais, passam a ter o papel coletivamente fundamental na construção e interpretação da informação e do conhecimento.” (CAVALCANTE, 2017, p. 387). Parte-se do contexto geral e suas características mais fundamentais, como aspectos sociais, econômicos e culturais para compreender o perfil e as necessidades informacionais dos usuários, já que, nessa abordagem, “o estudo dos usuários passa a buscar a compreensão dentro da totalidade, da historicidade e das tensionalidades postas pelas relações sociais” (CAVALCANTE, 2017, p.387). Considera, portanto, os antagonismos e as disputas de poder presentes na sociedade para entender os fenômenos em torno dos usuários, que possuem ideias, vontades e intenções criadas sociologicamente a partir da estrutura e do contexto social que os permeiam.

Mas é, efetivamente, no início dos anos 2000 que o debate teórico sobre os usuários de arquivo ganham mais fôlego em relação ao período anterior, onde poucas publicações foram realizadas, como observa Jardim et al. (2004) e Vitoriano et al (2020). Agora,

(...) a discussão sobre os “usuários” em arquivos é percebida como de grande relevância, partindo da percepção de que os profissionais arquivistas não trabalham apenas para os arquivos, mas também para seus usuários. A sociedade em geral está à procura da informação e é a ela que os arquivistas devem a ampliação do acesso aos documentos e o movimento em direção a um novo contexto informacional, a partir da revisão produzida com base no paradigma da pós-modernidade, onde novos atores tornam-se relevantes (VITORIANO et al., 2020, p.156).

Ou seja, para cumprir com suas funções e objetivos, o arquivo - entendido aqui como instrumento de gestão informacional, preservação documental, prova jurídica, reparação histórica e justiça social - deve ser acessível e ser acessado, corroborando a compreensão de “(...) que também é função de um arquivo tornar disponível ao público as informações contidas no acervo documental sob sua custódia, visando assim o acesso e a disseminação da informação” (CAVALCANTE, 2017, p. 388). Neste sentido, entender o que é e quem são as pessoas que acessam os arquivos se torna fundamental já que “(...) assim se tem a oportunidade de conhecer as necessidades e expectativas dos usuários, bem como formá-los e fidelizá-los, de modo escolher a melhor maneira de divulgar o arquivo” (CÉ et al., 2011, p.79).

No âmbito propriamente da arquivologia, há duas principais vertentes no estudo de na arquivologia:

Uma trabalha com o paradigma custodial, baseado no acoplamento dos usuários às teorias arquivísticas, com um enfoque técnico e destinado ao acesso a documentos, e não informações, utilizando os instrumentos de descrição baseados nos princípios da proveniência; enquanto a outra, em um novo paradigma, não descartaria objetivamente os princípios base da arquivologia, no entanto adequaria os instrumentos de pesquisa (exceto os de organização interna) às necessidades dos usuários, oferecendo uma “tradução” da linguagem arquivística ao usuário. (Navarro Bonilla, 2001, p. 188, apud Vitoriano, 2020, p.159-160)

Frente aos diferentes paradigmas, é importante que passemos pelas definições sobre quem são os indivíduos que acessam os arquivos, já que tais abordagens que se propõem a definir e categorizar os usuários a partir de seus contextos e demandas, demonstram que

Devemos levar em consideração que existem grupos de usuários diversos e é neles que percebemos alguns padrões que especificam o tipo de necessidades informacionais que tem determinado grupo. A cada grupo, corresponderão determinados padrões de comportamento e de necessidades informacionais. Em arquivos, o comportamento varia dependendo dos tipos de usuários. (VITORIANO et al., 2020, p.159).

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2013, p.169), usuário é a “Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador”. Já o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), ao conceituar o que é o usuário realiza a seguinte divisão ao atribuir interesses distintos entre eles:

TIPO DE USUÁRIO	CARACTERÍSTICA	INTERESSE
Usuário Interno (de dentro da instituição)		<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa para o usuário • Pesquisa para difusão
Usuário Externos	Cidadão	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadão interessado na defesa dos direitos • Pesquisador interessado na produção acadêmica/científica • Produtores de atividades culturais
	Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Informações para decisões político administrativas

FONTE: adaptação de Conselho Nacional de Arquivos (2022)

Nota-se que a partir da conceituação realizada por CONARQ, baseada num acúmulo teórico que a própria cientificidade da área permitiu, aprofunda-se a caracterização do usuário, o dividindo em grupos por tipo, característica e interesse de pesquisa, removendo-os de uma postura mais passiva e dando-os intenções e demandas de informação. Neste mesmo caminho, Portella et al. (2013, p.348) definirá usuário como sendo “(...) a pessoa que sente necessidade de informação e que busca satisfazê-la com a realização de pesquisas em arquivos, sendo mais apropriada ao conceito de usuários de arquivos.”

Fulgeras (2003) compreende que hoje em dia há uma pluralidade de usuários representados por indivíduos oriundos de contextos diversos, e por essa razão com demandas informacionais igualmente diversas. Essa realidade desenvolve-se a partir do nível cultural dos cidadãos, que, segundo o autor, aumentou; o surgimento da internet que potencializou o acesso à informação e, por fim, o esforço empreendido para evidenciar as utilidades sociais dos arquivos administrativos (FUGUERAS, 2003). Baseando-se em Tarraubela (apud Fugueras, 1998), o arquivista espanhol categoriza e descreve os usuários de arquivo da seguinte forma

QUADRO 6 — Tipos de Usuários segundo Fugueras

Tipo de usuário de arquivo	Características	Demandas
Usuários internos		<ul style="list-style-type: none"> • demandas vinculadas

		<p>às atividades dos órgãos e instituições geradoras de documento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • demandas de documentos de valores primários e/ou secundários advindas de diferentes níveis da administração pública ou privada.
Usuários externos	Pesquisadores profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • demanda de documentos relacionados a contemporaneidade, a história social e a ciências sociais no geral.
	<ul style="list-style-type: none"> • durante décadas foram a maioria entre os consulentes de arquivo; • com formação universitária; • possuem conhecimento sobre métodos de pesquisa no acervo e sobre a estrutura do arquivo. 	
	Pesquisadores amadores	<ul style="list-style-type: none"> • demandas diversas
	<ul style="list-style-type: none"> • advindos de contextos diversos; • sem conhecimento sobre métodos de pesquisa no acervo e sobre a estrutura do arquivo. 	
	Estudantes	<ul style="list-style-type: none"> • documentos de valores secundários para fins acadêmicos • oficinas de história, cadernos didáticos, recursos audiovisuais etc.
	<ul style="list-style-type: none"> • advindos do contexto acadêmico de formação; • acessam os arquivos por conta das tarefas acadêmicas. • utilizam o arquivo enquanto recurso pedagógico para favorecer a formação; 	
Cidadãos em geral	<ul style="list-style-type: none"> • consultam documentos, normalmente, de caráter administrativo 	
<ul style="list-style-type: none"> • consultam os arquivos esporadicamente; • sem conhecimento sobre métodos de pesquisa no acervo e 		

	<p>sobre a estrutura do arquivo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • sua presença nos arquivos vem crescendo 	
--	--	--

FONTE: TARRAUBELA (1998, apud FUGUERAS, 2003)

Bellotto (2006), ao categorizar os tipos de usuários existentes no arquivo, parte do pressuposto de que “(...) a organização de arquivos públicos está na origem direta do interesse dos quatro tipos fundamentais de público que dele fazem uso (...)” (BELLOTTO, 2006, p.28). Mostrando, desta forma, a importância que o usuário possui no próprio processo de gestão documental. Há portanto, segundo a autora, os seguintes tipos de público:

O **administrador** (...) que produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na complementação do processo decisório; O **cidadão** interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para com o Estado; O **pesquisador** - historiador, sociólogo ou acadêmico, em busca de informações para trabalhos de análise de comportamento e eventos do passado (...) estudioso em geral [e] o **cidadão comum**, aqui não mais interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona-de-casa, À procura de cultura em geral, de entretenimento, campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história (BELLOTTO, 2006, p.28-29, grifo nosso).

É importante ressaltar que para Bellotto (2006) é na fase permanente dos documentos que a arquivística revela com mais profundidade seus aspectos mais sociais e culturais, tendo a possibilidade, inclusive, de dialogar mais facilmente com a comunidade que não costuma acessar os arquivos. Mas compreende também essa possibilidade como fruto da gestão documental nas fases correntes e intermediárias, revelando a importância social de todo o ciclo vital do documento para o acesso e difusão. A partir disso, categoriza também o público/usuário frente às particularidades de cada fase documental, como demonstra a tabela a seguir

QUADRO 7 — Tipos de Usuários segundo Bellotto

Fases documentais	Tipos de usuários
Arquivo corrente e intermediário	produtores do documento, administradores, empresários ou seus representantes, profissionais da área jurídica, pesquisadores administrativos e cidadãos em busca de direitos.

Arquivo permanente	profissionais em geral que pesquisam informações sobre épocas anteriores, historiadores, jornalistas, sociólogos, cientistas políticos e cidadãos com interesses históricos
--------------------	---

FONTE: BELLOTTO (2006)

Para a autora, a um novo paradigma que surge na Arquivologia no que tange aos usuários, que tende a ultrapassar ainda mais as limitações da arquivística custodial ao começar a refletir sobre um novo tipo de usuário que agora, mesmo que com limitações, começa a descobrir e acessar o arquivo: o cidadão. Neste sentido

As novas formas de utilização do arquivo, para além da pesquisa administrativa e histórica (...) representam, todas elas, um grande desafio para o arquivista. Ele deve continuar a ser o erudito, o técnico que preserva e ordena os documentos, assim como elabora os instrumentos de pesquisa que serão utilizados essencialmente por um número muito restrito de intelectuais? Ou devem os arquivistas assumir uma tarefa diversa em face da evolução das demandas culturais? (BELLOTTO, 2006, p.242).

Esta realidade demanda que os arquivistas - profissionais que cada vez mais se encontram na posição dialética na forma de agentes técnicos, sociais e políticos - estejam profundamente comprometidos em atender as diversas demandas dos diferentes tipos de usuários e em propor ações visando diversificar os tipos de usuários consulentes dos arquivos, a fim de democratizar o espaço e explorar suas potencialidades.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem como objetivo geral caracterizar os usuários do APERS a partir de suas características sociais e econômicas para refletir se existe, no âmbito da instituição, relação entre acesso ou a falta de acesso com as desigualdades estruturais observadas em nossa sociedade.

Quanto à metodologia da presente pesquisa, sua natureza é de caráter básico, pois gera novos conhecimentos para pesquisas científicas futuras (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para compreender e refletir sobre as características fundamentais do modelo socioeconômico capitalista e suas contradições, a formação e o desenvolvimento do Estado enquanto instrumento de poder dentro desta estrutura e as desigualdades sociais e econômicas presentes no modelo de sociabilidade contemporânea, bem como seus desenvolvimentos durante a história, foi utilizado o método de abordagem dialético, que “elucida que tudo vive em constante transformação, pois existe um ciclo onde algo novo surge desagregando aquilo que se torna obsoleto e o transforma.” (ALMEIDA, 2021,p.16).

Como método de procedimento da pesquisa, utilizamos o histórico, que, segundo Lakatos et al (2007, apud ALMEIDA, 2021, p. 20)

consiste na investigação de acontecimentos ou de instituições do passado para compreender suas bases, funções e natureza. Nisso, os autores já citados, afirmam que as instituições se modificam de acordo com as mudanças culturais da sociedade, ou seja, pelo contexto cultural de cada época. Este tipo de compreensão e estudo permeia os estudos qualitativos (LAKATOS et al., 2007, apud ALMEIDA, 2021, p.20).

Em relação à teoria da pesquisa, que é “(...) é importante [para] entender as teorias, visto que, as teorias definem conceitos, conhecimento, construção de hipóteses, e demais fatores que envolvem a investigação (...)” (GIL ,2008 apud ALMEIDA, 2021, p. 27), partimos do materialismo histórico, que segundo Almeida (2021, p. 28)

Baseia-se no materialismo dialético, com ênfase nas elucidações de Marx e Engels, durante a os séculos XVII e XVIII, onde afirmam que a produção e a troca de produtos constituem a base de toda a sociedade, em qualquer época, por meio de fatos materiais, econômicos e técnicos (GIL ,2008 apud ALMEIDA, 2021, p. 28).

O objetivo do estudo é de caráter exploratório, pois pretende “(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127). A abordagem é de método misto, que é definido como sendo a “(...) investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo (Creswell, 2010, p.27)”.

O procedimento técnico para execução do **objetivo específico A**, que se debruça sobre a definição de elementos para composição de estudos de usuário que sejam inclinados a compreender os contextos socioeconômicos de desigualdade no âmbito dos usuários pesquisadores de arquivos, realizou-se por meio de pesquisa bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013) que constitui o referencial teórico do presente trabalho, através da revisão de literatura narrativa onde foram consultados trabalhos científicos na área da Arquivologia, Ciência da Informação, Economia Política e Sociologia presentes nas bases de dados: Google Scholar, Capes e Brapci.

Em relação a este primeiro objetivo específico, realizou-se também o método de pesquisa documental (ALMEIDA, 2021) para a análise das categorias e dados socioeconômicos pertinentes ao objetivo do trabalho. Nesta etapa, compreendendo que tanto os institutos estatais - como o PNUD e o IBGE - quanto os privados - como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Datafolha, Observatório das Liberdades Religiosas (OLR) Oxfam e a FGV - possuem interesses, também, particulares em relação aos dados que coletam e apresentam⁵, utilizou-se as categorias e dados desses institutos/organizações - que realizam a produção de estatísticas sobre a realidade do contexto debatido neste trabalho - para realizar a relação crítica com as teorias sociológicas apresentadas.

Para o **objetivo específico B**, que caracteriza o perfil dos usuários e não usuários do APERS através de suas características sociais e econômicas, a estratégia adotada foi a de Estudo de Caso (PRODANOV; FREITAS, 2013), através de questionário - “instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (LAKATOS et al. 2003, p.201) - elaborado e aplicado aos usuários

⁵ A análise marxista da sociedade demonstra que a ideologia da classe dominante é reproduzida, também, através de instituições, sejam públicas ou privadas. Por essa razão, compreendemos ser de suma importância ter consciência desse dado ao tratar das estatísticas expostas aqui.

consulentes do APERS, onde foram coletados dados socioeconômicos. As categorias utilizadas para formular as perguntas do questionário se basearam nas utilizadas pela literatura científica, que fundamenta teoricamente este trabalho, e documental apontada anteriormente.

O contato com os usuários do APERS se deu através do envio do questionário criado a partir do *Google Forms* (Anexo A) e foi enviado por e-mail, onde, além do questionário, havia um breve texto contextualizando a presente pesquisa e seus objetivos.

Para pesquisar no acervo da instituição, todos usuários devem realizar seu cadastro junto ao setor chamado de Sala de Pesquisa, chefiado pelo Núcleo de Atendimento e Apoio à Pesquisa, bem como preencher um termo de responsabilidade. O questionário foi enviado para os profissionais responsáveis pela Sala de Pesquisa do APERS, que encaminharam via e-mail para os usuários cadastrados. O questionário foi enviado duas vezes num período de 20 dias, no mês de fevereiro de 2023.

Segundo o retorno dado pela Sala de Pesquisa, cerca de 30 e-mails foram enviados, evidenciando duas possibilidades: 1) o pequeno número de usuários consulentes ou 2) a falta de cadastro dos dados de contato de todos usuários, como o e-mail, quando consultado o acervo por meio da Sala de Pesquisa. Desta amostragem, 13 usuários responderam o questionário.

Não temos maiores dados sobre outros usuários além desse cadastro, que resultou no envio dos 30 e-mails. Entendemos, portanto, que é um tema a ser estudado e aprofundado em futuros estudos de usuários no âmbito da referida instituição. Ressaltamos que o presente trabalho foi realizado para validar os elementos sociais para a composição de estudo de usuário em caráter socioeconômico. Por essa razão, há de ser aprofundar em outras pesquisas o debate em torno da existência ou não de outros tipos de usuários do APERS, isso é, se acessam de outras formas, como acessam etc.

A partir dos dados socioeconômicos coletados, pretende-se incentivar a elaboração de políticas de difusão e acesso precisas e direcionadas. Nesse sentido, também incentiva políticas inovadoras de registros de usuários, visando aprimorar a identificação destes para se obter um melhor panorama a ser avaliado sobre o acesso ou a falta de acesso para determinados grupos de indivíduos. Por fim, evidencia a

importância das características socioeconômicas dos indivíduos para fins de pesquisa na área dos estudos de usuários na Arquivologia.

4.1 DEFINIÇÃO DE ELEMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DE ESTUDOS DE USUÁRIO EM CARÁTER SOCIOECONÔMICO

Objetivando contrastar a teoria marxista com a realidade objetiva, utilizamos dados socioeconômicos coletados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Datafolha, IBGE, Observatório das Liberdades Religiosas (OLR), Oxfam, PNUD e a FGV a fim de evidenciar que as desigualdades existem de forma mais acentuada quando observadas os recortes de classe, cor, educação, sexo, orientação sexual e religião.

As categorias sociais utilizadas para a formulação do questionário (Anexo A) aplicado aos usuários do APERS são as mesmas utilizadas pela literatura científica e pela bibliografia documental apontada anteriormente. Isso é, as categorias criadas sociologicamente para debater e explicar as desigualdades, como classe⁶ (renda e moradia), cor, educação, orientação sexual, sexo e religião foram utilizadas também para compreender o acesso aos arquivos, ou a falta dele, por determinados grupos de indivíduos que historicamente sofrem com essas desigualdades. Sobretudo, usou-se como base para delimitação de elementos “(...) as dominações capitalistas [que] se apoiam em uma construção espaço-identitária que pode ser vista na classificação racial, étnica, religiosa e sexual de indivíduos como estratégia de poder” (ALMEIDA, 2018, p.89).

O questionário está dividido em 10 seções. Na primeira, há um resumo sobre os objetivos da pesquisa e o agradecimento aos usuários que responderam o questionário. A segunda seção é sobre o motivo de acesso ao arquivo do usuário, baseando-se na categorização de interesses dos usuários externos, realizada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que divide em “Produção

⁶ Compreendendo de antemão, como visto na seção 2, que o fator classe, em nossa sociedade, é baseado na detenção ou não dos meios de produção. Ou seja, nesta pesquisa, o fator renda e moradia dará apenas subsídios para a compreensão da situação econômica dos usuários que responderam ao questionário.

Acadêmica/Científica”; “Defesa de Direitos”; “Atividades Culturais”, “Prefere não responder” e “Outro”, este último com campo aberto para especificações de temas.

Na terceira seção estão os assuntos dos documentos consultados/pesquisados no APERS. Nesta seção não constam categorias pré-definidas, somente um espaço para texto de resposta longa. A quarta seção refere-se ao sexo dos usuários, com as opções pré-definidas baseadas no IBGE entre “Masculino”, “Feminino” e “Prefere não responder”.

A quinta seção dá conta da cor dos usuários, tendo as opções pré-definidas baseadas também pelo IBGE entre “Branco”, “Preto”, “Pardo”, “Indígena”, “Amarelo” e “Prefere não responder”. A sexta seção evidencia a orientação sexual dos usuários, com opções pré-definidas baseadas novamente nas categorias utilizadas pelo IBGE. São elas: “Heterossexual”, “Homossexual”; “Bissexual”; “Outra Orientação Sexual”; “Não Sabe”; “Não se identifica com nenhum” e “Prefere não responder”.

A sétima seção é referente a escolaridade do usuário, entre as opções estão “Sem instrução”, “Ensino Fundamental Incompleto”, “Ensino Fundamental completo”, “Ensino Médio incompleto”, “Ensino Médio completo”, “Ensino Superior Incompleto”, “Ensino Superior Completo” e “Prefere não responder”, categorias baseadas nas pesquisas sobre educação do IBGE.

A oitava seção trata sobre a situação econômica dos usuários, que está representado na forma de renda mensal, como categorizado pelo IBGE, e possuem as seguintes opções: “Até 1/2 salário mínimo”; “Mais de 1/2 a 1 salário mínimo”; “Mais de 1 a 2 salários mínimos”; “Mais de 2 a 3 salários mínimos”; “Mais de 3 a 5 salários mínimos”; “Mais de 5 a 10 salários mínimos”; “Mais de 10 a 20 salários mínimos”; “Mais de 20 salários mínimos” e “Prefere não responder”.

A nona e penúltima seção estão as categorias religiosas, baseando-se na pesquisa da Datafolha⁷, e constam as seguintes opções: “Ateu”; “Católica”; “Espírita”; “Evangélica”; “Judaica”; “Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras”, “Não tem religião”; e “Outra”. Por fim, a décima seção é referente a bairro e cidade, que foi inserida no questionário pelo fato da moradia ser uma categoria importante para o debate de classe em nossa sociedade, pois como vimos, é um elemento concreto que também revela traços das desigualdades. Nessa seção não possuem opções pré-disponíveis de escolha.

⁷ Não foram localizadas estatísticas coletadas por outras instituições referente a religião.

A potencialidade destes dados é evidente quando se pretende compreender com mais profundidade a realidade dos arquivos no quesito acesso e difusão para seus usuários. Isso é, para ajudar a responder a pergunta “arquivos para quem?” devemos realizar o difícil e nada agradável esforço de lidar de frente com as desigualdades cruéis que constituem a realidade concreta da maioria dos trabalhadores.

5. RESULTADOS DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DO APERS EM CARÁTER SOCIOECONÔMICO

A presente pesquisa foi aplicada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), localizado na capital do Estado, Porto Alegre. A instituição foi criada no início do século XX, onde “(...) um ideário com propostas que alteravam a feição do Estado, o qual deveria ser administrado de acordo com os ditames de uma racionalidade centralizadora e elitista” (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2023) permeavam a sociabilidade daquela época.

Em 8 de março de 1906, por meio do decreto 876, o Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinou a construção do Arquivo Público do Estado, compondo a Repartição de Arquivo Público, de Estatística e da Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. Conforme o documento, seriam atribuições da instituição “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”. O texto correspondia aos preceitos do positivismo, para o qual o resguardo da documentação era fundamental ao funcionamento da máquina pública. Além disso, a concentração de acervos em Porto Alegre coadunava com a concepção centralizadora do Estado e pretendia impedir sua dispersão em arquivos locais. Coletaram-se então, processos judiciais e outros tipos documentais, oriundos de cartórios do interior do estado, que se somaram ao já volumoso acervo administrativo e histórico político (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Como podemos observar, o APERS foi concebido a partir de uma perspectiva ainda custodial em relação aos arquivos, difundida pelos paradigmas europeus de centralização e conservação do acervo, onde a guarda dos documentos e a organização para uso da administração pública se sobrepujam ao acesso amplo e diversificado, evidenciado o fato das classes politicamente e economicamente dominantes daquela época possuírem privilégios em relação ao uso do arquivo. Na esteira dos acontecimentos onde a administração pública se desenvolveu, a luta de grupos sociais pelo reconhecimento e garantia de seus direitos se aprofundou e o debate arquivístico em torno do acesso e difusão surgiu, o APERS inaugurou políticas que almejam diversificar os usuários consulentes ou conhecedores do arquivo.

Ao longo de mais de um século, suas funções e atividades vêm se transformando, acompanhando as metamorfoses das áreas de Arquivística e História. Desta forma, se nas décadas iniciais de sua trajetória foi identificado

como um grande depósito de documentos cujo acesso restringia-se à própria administração pública e a poucos pesquisadores letrados, hoje acolhe, tanto em sua Sala de Pesquisa quanto em visitas, oficinas e eventos, estudantes de diversos níveis, pesquisadores de diversas áreas, assim como cidadãos e cidadãos em busca de fragmentos da história de suas famílias. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Hoje, o APERS conta com acervo documentais oriundos do Executivo, Judiciário Legislativo, do Registro Civil e de Tabelionatos, configurando-se enquanto Departamento da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Estado do Rio Grande do Sul, e possui a seguinte divisão: Divisão de Gestão Documental e (DIGED) e Divisão de Preservação, Acesso e Difusão (DIPAD). A partir disto, há núcleos que se organizam em torno de práticas específicas: Núcleo de Assessoria em Gestão Documental; Núcleo de Normas Técnicas; Núcleo de Tratamento Técnico de Acervos; Núcleo de Preservação; Núcleo de Atendimento e Apoio à Pesquisa e Núcleo de Difusão e Ação Educativa.

Ressaltamos a importante função social dos dois últimos núcleos citados, já que, como visto antes, as funções de acesso e difusão são basilares para a popularização e democratização dos arquivos. O Núcleo de Difusão e Ação Educativa

(...) é responsável por promover ações diversas que divulguem o APERS, suas atribuições e seu acervo, como visitas guiadas, cursos, eventos e exposições; por elaborar e executar atividades voltadas à Educação Básica e Superior que provoquem processos de ensino-aprendizagem a partir do patrimônio salvaguardado pela instituição; assim como por coordenar, atualizar e qualificar sua página eletrônica e mídias sociais (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Já o Núcleo de Atendimento e Apoio à Pesquisa objetiva encontrar meios para facilitar o acesso dos usuários aos documentos custodiados pela instituição. Além disso, também possui a função de

(...) auxiliar nas pesquisas, orientando na leitura dos instrumentos, informando sobre a constituição dos acervos e disponibilizando cópias de certidões e escrituras públicas para fins probatórios. Além disso, coordena atividades de busca e rearquivamento de documentos, elabora e divulga publicações e atividades de capacitação que qualificam e ampliam o acesso à documentação (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

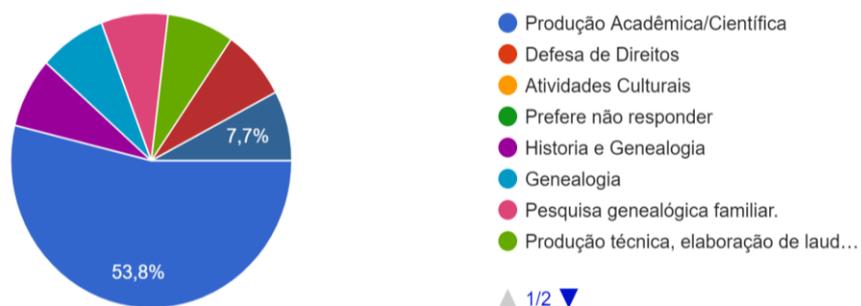
A Sala de Pesquisa, serviço oferecido pelo referido Núcleo, permite dois tipos de pesquisa: a nominal, quando se pretende localizar o documento através dos nomes

das partes envolvidas, e a pesquisa por fundo documental. Também é disponibilizado guias para a pesquisa em fundos específicos do APERS. Todo pesquisador deve preencher seu cadastro junto a instituição e assinar um Termo de Responsabilidade. Os dias e horários divulgados no site do APERS para o atendimento são de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13 às 17h.

Em relação ao questionário aplicado aos usuários consulentes do APERS para dar conta de refletir sobre os problemas apresentados nesta pesquisa, obtivemos 13 respostas, o que chama a atenção pela baixa adesão dos usuários a pesquisa e que, inevitavelmente, suscita questionamentos sobre o número total de usuários consulentes do APERS, uma instituição que é referência a nível estadual e nacional.

Na seção que trata sobre as motivações do acesso ao arquivo, as respostas foram diversas pelo fato de termos inserido a opção “Outro” com espaço para a especificação do tema que não se encontrava nas opções pré-definidas anteriormente. Como observado no gráfico 6, nota-se a grande quantidade de usuários que pesquisam por motivos de produção acadêmica/científica, somando 53,8% das 13 respostas nesta opção. Em relação a opção “Outro”, temas específicos foram colocados como motivos de pesquisa por 6 usuários, sendo estes: “Trabalho”, “Pesquisa de Família”, “Produção técnica, elaboração de laudos e relatórios”, “Pesquisa genealógica familiar”, “Genealogia” e “História e Genealogia”. Podemos considerar aqui que 4 destas respostas (66.67%) se referem ao mesmo tema, pois tratam de pesquisas genealógicas. As opções “Defesa de Direitos”, “Atividades Culturais” e “Prefere não responder” não foram selecionadas por ninguém.

Gráfico 6 — Motivo do acesso ao arquivo



FONTE: dados da pesquisa (2023)

Em relação aos assuntos dos documentos consultados/pesquisados, as respostas variam conforme quadro a seguir. Chama a atenção que 38.46% dos assuntos pesquisados se referem a processos judiciais da área civil, mais especificamente relacionados a inventários. Apesar de um acervo riquíssimo no que se refere a documentos que evidenciam as atrocidades cometidas contra a população negra durante a história, principalmente no contexto de escravização no Brasil, apenas 2 usuários pesquisam sobre o tema da raça. As mulheres, que também sofrem com desigualdades estruturais decorrente do sistema patriarcal de dominação, também são pouco pesquisadas: novamente, apenas 2 usuários dos que responderam pesquisam o tema. Apenas 1 usuário que respondeu o questionário pesquisa sobre a ditadura civil-militar, tema tão caro ao debate em torno da memória e da justiça.

QUADRO 8 — Assuntos dos documentos consultados/pesquisados

Escrituras nos Livros de Notas do RS
Genealogia - História dos municípios - História do RS - Migrações antigas (anteriores ao período republicano) - História da Migração Açoriana/Lusa/alemã/italiana/polonesa/judaica - Processos judiciais antigos (inventários, medições, etc.) consultados para fins de estudos genealógicos.
Relações sociais, raciais e de gênero através de documentação policial-judicial
Inventários, Testamentos, Registros em geral, etc.
Acervo legislativo
Inventários, processos em geral e testamentos.
Inventários post-mortem
Ditadura civil militar
Genealogia, história das famílias
Violência de Gênero/desquite
Acesso à terra, conflitos de terra, direitos de propriedade
Inventários
Presença negra na história

Fonte: dados da pesquisa, 2023

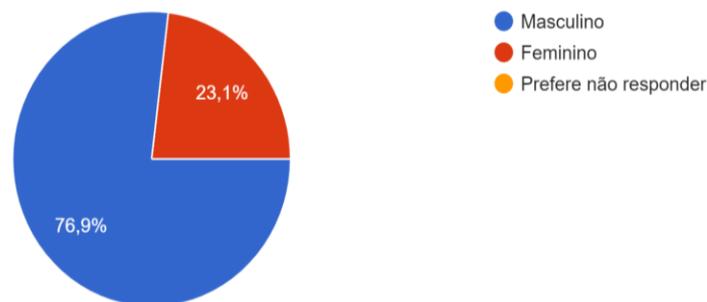
Conforme o gráfico 7, referente ao sexo dos usuários, 76,9% dos usuários se identificam com o sexo masculino, enquanto apenas 23,1% se identifica com o sexo

feminino, demonstrando uma preocupante desigualdade entre os sexos também no acesso aos documentos. Também faz refletir sobre a divisão sexual do trabalho, que possui sua concretude revelado nos dados apresentados na seção 2 deste texto.

Como observado anteriormente, as mulheres figuram nos índices mais altos relacionados ao tempo despendido para a realização dos afazeres domésticos, conseqüentemente tendo menos tempo para outras atividades, como estudo, trabalho, pesquisa etc. Também, figuram nos piores índices relacionados ao emprego formal, aprofundando ainda mais a desigualdade quando observado o recorte de raça. Isso é, as mulheres partem de uma realidade muito mais desigual relacionado aos homens para, entre outras coisas, acessarem determinados espaços como os próprios arquivos.

Evidencia, portanto, a necessidade de se pensar em métodos para que se altere essa realidade dentro dos arquivos, já que o sexismo, como vimos, é um problema estrutural que influi em todos os âmbitos da vida cotidiana das mulheres.

Gráfico 7 — Sexo dos usuários



FONTE: dados da pesquisa (2023)

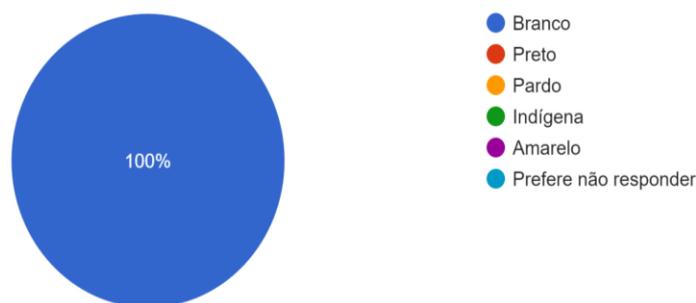
Quanto a cor dos usuários, o gráfico 7 evidencia que 100% dos usuários que responderam o questionário se identificam enquanto brancos. Isso é, do universo de usuários participantes da pesquisa, não há diversidade de cor, já que nenhum se identifica enquanto preto, pardo, indígena ou amarelo. São números que assustam, já que estamos aplicando uma pesquisa num país onde as pessoas negras são a maioria da classe trabalhadora (gráfico 2), e numa cidade onde 20,2% da população é autodeclarada negra (pretos e pardos), conforme boletim epidemiológico da saúde da

população negra residente na Capital, divulgada pela Secretaria de Saúde de Porto Alegre através da Diretoria de Vigilância em Saúde (2021)

Os dados trazidos no capítulo 2, referente às diversas desigualdades que a população negra sofre em decorrência do racismo estrutural historicamente financiado pelas classes dominantes, ajudam a explicar a falta de representatividade dessas pessoas em diversos espaços, inclusive nos arquivos enquanto usuários. Isso é, os negros partem de uma realidade contextual de desigualdade racial e econômica, onde, como vimos, são vítimas de ações, diretas e indiretas perpetuadas sistematicamente pelo Estado e pelos próprios indivíduos não negros, de perseguição, submissão e apagamento (ALMEIDA, 2020).

O não acesso de pessoas negras ao arquivo, partindo do universo de usuários que responderam ao questionário, também preocupa, já que, como afirmado antes, o APERS possui importantes fontes documentais que tratam sobre a história dessa população, tendo um importante potencial enquanto instrumento de identificação e conscientização sobre as lutas do povo negro não somente em solo gaúcho, mas nacional também, bem como de justiça social ao passo em que possui a potencialidade de desconstrução de narrativas históricas que apagam o papel do negro na sociedade.

Gráfico 8 — Cor dos usuários



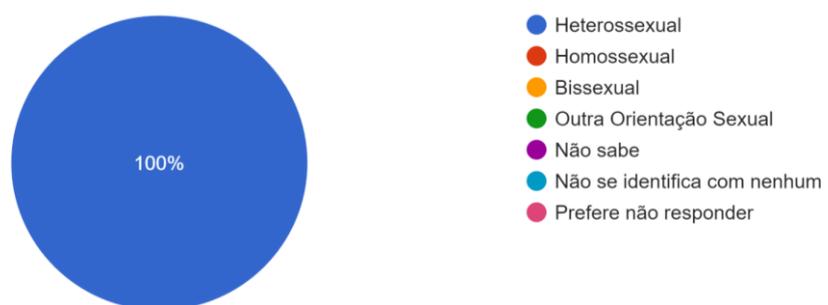
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Outro dado relevante, representado no gráfico 9, que demonstra a falta de acesso de determinados grupos sociais ao APERS é relacionado à orientação sexual dos respondentes, onde 100% se identificam enquanto heterossexual. Isso é mais um

recorte que demonstra a pouca diversidade localizada entre os usuários e que, mais uma vez, impõem a necessidade de relacionarmos com os dados evidenciados no capítulo 2, demonstrando as possibilidades destrutivas da homofobia na realidade concreta desse grupo social, afetando possivelmente até mesmo no acesso ao arquivo. Pois como vimos, a invisibilização da comunidade LGBTQIA+ é também um instrumento utilizado pela cultura homofóbica em nossa sociedade, que nega a existência e a própria história desses indivíduos.

A presença homogênea de pessoas identificadas enquanto heterossexuais entre os usuários que responderam o questionário suscita questionamentos em torno da falta de pesquisa, realizada por pessoas não-heteras, por documentos num geral, mas também sobre aqueles que demonstram a perseguição e a resistência que a comunidade LGBTQIA+ realizou durante a história, e que estão registrados numa grande diversidade de documentos.

Gráfico 9 — Orientação sexual dos usuários



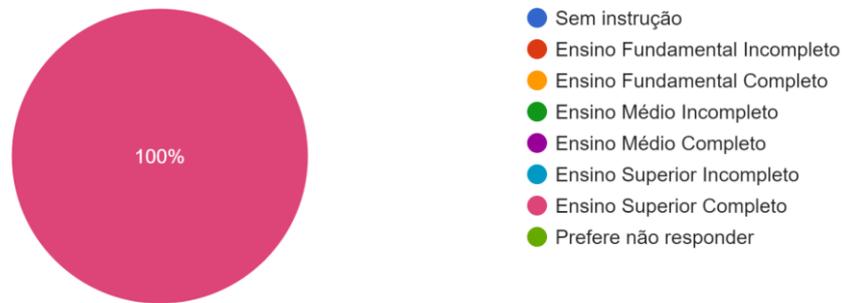
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação a escolaridade, 100% dos usuários possuem ensino superior completo, retratando outra vez há pouca diversidade entre os usuários, desta vez em relação a formação escolar, que, intrinsecamente, está ligada a diversos outros fatores como o de renda, cor, sexo etc., já que as desigualdades sociais e econômicas influenciam diretamente no acesso e na permanência à educação, criando uma régua social que divide os sujeitos entre os que possuem formação e os que não possuem, dificultando o acesso deste último grupo a determinados espaços.

Demonstra também que as motivações de acesso, neste caso, tendem a estar relacionadas com o nível de conhecimento dos usuários em determinada área, em

decorrência da formação superior, utilizadas tanto para motivos de trabalho quanto para pesquisa científica.

Gráfico 10 — Escolaridade dos usuários

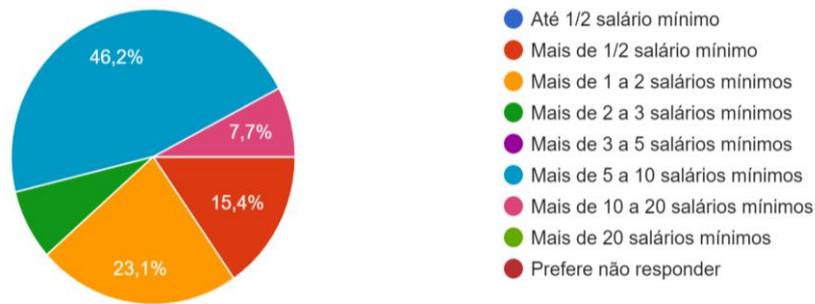


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Para dar conta da condição econômica dos usuários, coletamos dados relacionados aos seus rendimentos, como demonstra o gráfico 11. 46,2% responderam que recebem mais de 5 a 10 salários mínimos mensais, enquanto 23,1% recebem mais de 1 a 2 salários mínimos e 15,4% recebem mais de 1/2 salário mínimo. Mais de 2 a 3 salários mínimos e mais de 10 a 20 salários mínimos recebem 7,7% cada.

Somando os dados dos maiores rendimentos, nota-se que a maioria dos usuários, 53,9%, possuem rendimentos acima de 5 salários mínimos, estando, desta forma, localizados numa posição privilegiada em relação ao aprofundamento da pobreza observado nas estatísticas de renda no capítulo 2. Nenhum usuário marcou a opção de até 1/2 salário mínimo, evidenciando a falta de acesso ao arquivo por parte de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.

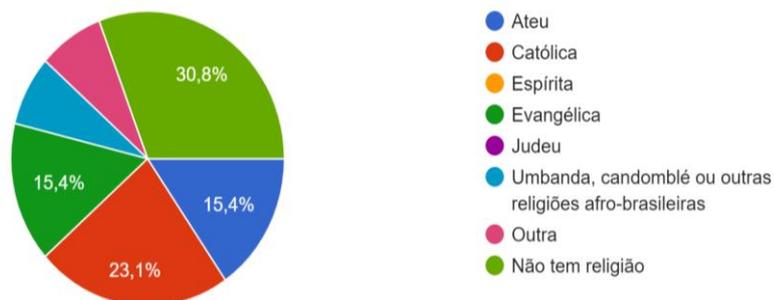
Gráfico 11 — Renda dos usuários



FONTE: dados da pesquisa (2023)

A maioria dos usuários que responderam caracterizam-se por não possuir religião. Em seguida, 23,1% declaram-se católicos, enquanto 15,4% dizem ser evangélicos e outros 15,4% ateus. Apenas um usuário reivindica a Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras, ao passo em que nenhum selecionou a religião judaica ou espírita. Um usuário diz identificar-se com outra religião que não constava nas categorias inseridas.

Gráfico 12 — Religião dos usuários



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação ao bairro e cidade dos usuários, para dar suporte às reflexões em torno da moradia e, por consequência, das eventuais dificuldades ou não de acesso ao arquivo, dos usuários que responderam, 100% residem no Rio Grande do Sul, como esperado. 76,92% residem em Porto Alegre, mesma cidade que o APERS está localizado. 15,38% moram na região metropolitana de Porto Alegre, nas regiões centrais de Esteio e São Leopoldo, respectivamente. Um usuário respondeu ser residente do interior, na cidade de Veranópolis. Em relação aos bairros de Porto

Alegre onde os usuários residem, evidencia-se a diversidade entre as poucas respostas: Bairro Floresta, Belém Novo, Centro Histórico, Jardim Carvalho, Lomba do Pinheiro, Passo D'areia, Rio Branco, Rubem Berta, Santana e São Geraldo.

Os dados demonstram que, quase exclusivamente, os usuários do APERS participantes da presente pesquisa residem na capital do Estado, evidenciado a falta de pluralidade geográfica no acesso ao arquivo. Dos 81 bairros presentes em Porto Alegre, apenas 10 foram contemplados.⁸

A partir dos dados coletados e aqui apresentados notamos que o perfil do usuário do APERS concentra-se, prioritariamente, em torno das seguintes características: homens, brancos, heterossexuais, com ensino superior completo, renda acima de 5 salários mínimos, que não possuem religião, residentes da capital do Estado e que acessam o arquivo por motivos de pesquisa acadêmica-científica ou por pesquisa genealógica, visando consultar documentos com assuntos diversos, com ênfase nos processos de inventário.

Partindo da categorização realizada pelo CONARQ, identifica-se no APERS o perfil majoritário de usuários externos, enquanto cidadãos pesquisadores interessados na produção acadêmica/científica. Porém, não se identificou nenhum usuário com interesses na defesa dos direitos e na promoção de atividades culturais, como delimitado pelo CONARQ.

Já para Tarraubela (1998, apud Fugueras, 2003), podemos identificar que os usuários do APERS são caracterizados por serem usuários externos à instituição, na forma de pesquisadores profissionais - que, como vimos, durante décadas foram a maioria entre os consulentes de arquivo, possuem formação universitária e possuem conhecimento sobre métodos de pesquisa no acervo e sobre a estrutura do arquivo - e estudantes - advindos do contexto acadêmico de formação, acessam os arquivos por conta das tarefas acadêmicas e utilizam o arquivo enquanto recurso pedagógico para favorecer a formação (TARRAUBELA, 1998, apud FUGUERAS, 2003).

Em contrapartida, a partir dos dados obtidos nessa pesquisa, não há usuários na forma do cidadão em geral, que, segundo Fugueras (2003), consultam os arquivos esporadicamente, não possuem conhecimento sobre métodos de pesquisa no acervo

⁸ Ressalta-se a importância de aprofundar em outros estudos a questão da moradia e sua relação com o acesso ou não aos arquivos.

e sobre a estrutura do arquivo e sua presença nos arquivos vem crescendo, argumento este que não pode-se observar a partir dos dados coletados do APERS.

Refletindo com base na categorização proposta por Bellotto (2006), e indo de encontro com as categorizações antes citadas, observa-se que há uma predominância de usuários na forma de pesquisadores, o “(...) historiador, sociólogo ou acadêmico, em busca de informações para trabalhos de análise de comportamento e eventos do passado” (BELLOTTO, 2006, p.28-29). Já o cidadão comum - “(...) o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona-de-casa, à procura de cultura em geral, de entretenimento, campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história” (BELLOTTO, 2006, p.28-29) não se encontra enquanto usuário do APERS segundo o questionário aplicado.

Destaca-se, portanto, a falta de representatividade de pessoas negras, pardas, indígenas e amarelas, homossexuais, bissexuais, com outra orientação sexual ou que não se identificam com nenhuma, sem formação superior, com renda de até ½ salário mínimo, da diversidade religiosa e geográfica e de usuários que acessam o arquivo por motivos de Defesa de Direitos e Atividades Culturais, motivo pelo qual os arquivos se sustentam enquanto instituições, de acordo com Marques (2011). Isso é, o cidadão comum de Bellotto (2006) ou os cidadãos em geral de Tarraubela (1998, apud Fugueras, 2003), a classe trabalhadora que não possui condições e nem oportunidade de se encontrar na mesma posição social e econômica que pesquisadores profissionais e acadêmicos por questões, que como vimos, são estruturais, não figuram entre os usuários do APERS caracterizados nessa pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os estudos de usuários são instrumentos necessários para compreender o acesso ou a falta dele nos arquivos, e ao mesmo tempo em que esses estudos ganham força, dão subsídios para a emergência de uma Arquivologia cada vez mais social, tão necessária ao desenvolvimento contemporâneo da área. Independente dos estudos de classe e categorias sociais, é necessário que o arquivista e gestores de arquivos ampliem as capacidades e potencialidades do arquivo na sociedade.

Porém, compreender o contexto socioeconômico dos agentes que dão vida ao arquivo ao o acessarem, a partir dos estados de configuração do Estado e da sociedade, parece ser extremamente necessário numa realidade onde as desigualdades, abordadas neste trabalho, refletem em diversos aspectos da vida concreta do indivíduo, inclusive no acesso às instituições, como o arquivo. Essa compreensão serve, sobretudo, para uma tarefa extremamente complexa mas não impossível, que é delegada aos arquivistas e gestores de arquivos, de deselitizar o arquivo, no sentido de não servir apenas para os interesses de grupos sociais específicos.

A identificação socioeconômica do perfil dos usuários, e por consequência, do perfil dos não-usuários - daqueles que não possuem a oportunidade de acessar os arquivos por condições materiais e subjetivas - pode ser a base para mudanças estratégicas no próprio sentido de ser do arquivo. Isso porque esses dados possuem a potencialidade de auxiliar na ruptura entre um arquivo para poucos e um arquivo de acesso democrático, plural e diverso. Isso pois, bem como ressaltado pela perspectiva da arquivística funcional, o olhar arquivístico deve partir do contexto geral para melhor entender o documento, assim o deve fazer em relação ao usuário e não-usuários: partir do contexto geral para melhor entendê-lo e atendê-lo.

Não é, entretanto, objetivo da presente pesquisa esgotar as reflexões em torno do desenvolvimento social da arquivologia e dos próprios estudos socioeconômicos de usuários da área. Pelo contrário, é incentivar que o debate seja realizado frente a um cenário nacional de desigualdades estruturais que impedem que o arquivo seja presente para vários tipos de usuários. Não há respostas fáceis para perguntas

difíceis, e a pouca diversidade entre os usuários consulentes dos arquivos podem estar enraizadas em múltiplos fatores ainda a serem investigados.

Mas o fato é que houve similaridade entre a teoria marxista - que analisa a estrutura econômica capitalista e a divisão da sociedade entre classes exploradoras e exploradas - , os dados socioeconômicos da realidade brasileira - que revelam uma série de opressões, discriminações e desigualdades contra grupos historicamente categorizados enquanto minorias - e a falta de diversidade no perfil socioeconômico dos usuários consulentes do APERS. Isso é, trabalhadores e trabalhadoras pobres, não-brancos, LGBTQIA+, sem formação acadêmica, advindos de diferentes realidades geográficas e de religiosidade tendem, segundo os dados obtidos, a não acessarem os arquivos.

Pois, se possuem os piores salários, os piores empregos, figuram nos piores índices relacionados à educação, segurança, trabalho etc como e porque acessarão os arquivos? Como que iremos querer diversificar os usuários de arquivo sem antes compreender as profundas desigualdades que ditam os perfis de quem irá acessar os documentos? E não somente compreender, pois assim como o método materialista histórico e dialético, além ter a compreensão sobre os fenômenos sociais com base na luta de classe expressa nas relações sociais entre os sujeitos, devemos fazer o esforço coletivo para mudar radicalmente essa realidade desigual. Não há mais espaço nos arquivos para a indiferença. Os arquivistas não podem ser indiferentes à realidade que os permeiam, pois além de técnico, são atores sociais que analisam o registro da própria sociedade.

Instrumentos de acesso e difusão são necessários, e se tornam cada vez mais fundamentais para a disseminação da informação arquivística. Mas para quem estamos disseminando? Devemos nos questionar, a partir dos dados socioeconômicos de acesso aos arquivos, sobre a possibilidade concreta de difusão ampla e irrestrita do conteúdo que se localiza em nossos arquivos na realidade atual da sociabilidade capitalista. Ressalta-se, desta forma, a necessidade de ampliar os elementos e as análises para a composição de estudo de usuários na perspectiva socioeconômica na importância de se aplicar formulários desta natureza aos usuários.

É também de suma importância que estratégias de acesso e difusão que visem democratizar os arquivos para a sociedade em geral esteja alinhada com uma atuação social e política profunda de todos os agentes que constituem o corpo do arquivo - arquivistas, trabalhadores do arquivo, pesquisadores, acadêmicos etc - visando a

democratização real da própria sociedade. Pois me parece irreal pensar que os arquivos se tornem populares, deixando de serem espaços reprodutores de privilégios, enquanto grande parte da população não possui condições materiais para viver com dignidade. A pressão e o questionamento ao Estado sobre suas ações relacionadas aos arquivos são, também, extremamente necessários, já que os recursos que as instituições possuem para a elaboração e implantação de projetos que podem vir a descentralizar e democratizar o arquivo advém, em grande parte, do setor público. Isso é, qual a realidade orçamentaria dos arquivos públicos para aumentar sua área de influencia e acesso?

É necessário aprofundar o debate social na arquivologia relacionando-a às teorias sociológicas onde é possível encontrar sua proveniência, ao passo em que é fundamental ampliar os estudos de usuários, para, desta forma, possuir melhores condições de se pensar em estratégias visando, não somente compreender, mas mudar essa realidade. Afinal, os arquivos são para quem?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2021. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/674/684/2134?inline=1>. Acesso em 29/11/2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?. Blog da Boitempo. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 27/11/2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz. IMPERIALISMO, COLONIZAÇÃO E RACISMO. Antofagica. 2021. Disponível em: <https://www.antofagica.com.br/2021/03/18/imperialismosilvioalmeida/>. Acesso em: 23/01/2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 27/11/2022.

ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. Ciência da Informação, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/tcsh5h7ptvc5zdooe72qxgp6xq/access/wayback/http://revista.ibict.br:80/ciinf/article/download/1394/1572>. Acesso em 14/12/2022

ARQUIVO NACIONAL, Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 14/12/2022

BARBOSA, Luciana Cândido. Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. III seminário nacional gênero e práticas culturais: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. FGV editora, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Sobre el estado. Barcelona: Anagrama, 2014.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar¹. Archeion Online; V. 5, Número Especial (2017): VIII Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA); 103-121, v. 24, n. 2, p. 121-103.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016.

CAVALCANTE, LFB; GALO, RA CRUZ; VENDRAMINI, V. Estudo De Usuários Na Arquivologia: Reflexões. VII SECIN. Anais do VII SECIN, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/view/461/285>. Acesso em: 06/12/2022.

COHEN, Gerald A. Forças produtivas e relações de produção. Crítica marxista, n. 31, p. 63-82, 2010.

CONARQ. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Dica do Conarq! Estudo de Usuários. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/copy_of_Infografico_estudodeusuarios.jpg. Acesso em: 01/12/2022.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Penso Editora, 2021.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê?. Fundação Henrique Cardoso. 2010.

DOS SANTOS, Ivanir; DIAS, Bruno Bonsanto; DOS SANTOS, Luan Costa Ivanir. II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. 2023.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, do Estado e da propriedade privada. Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf. Acesso em: 23/03/2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Femicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contrameninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>. Acesso em: 23/03/2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Ano 16. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 23/03/2023.

FUGUERAS, Ramón Alberch . Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento. Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento, p. 1-224, 2012. Disponível em: <https://www.torrossa.com/gs/resourceProxy?an=2518307&publisher=FZW977>. Acesso em: 08/12/2022

GARCIA, Olga Maria Correa; JUNIOR, Vitor Francisco Schuch. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. Informação & Informação, v. 7, n. 1, p. 41-56, 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9694/19728c5d8030b7f3219654ebbe0c97c77c86.pdf>. Acesso em: 21/12/2022

HOOKS, Bell. O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras. 1 Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/678-03062021-193913.pdf>. Acesso em: 02/02/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019c. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 07/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Educação 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em 07/01/2020.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. DataGramZero-Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5671>. Acesso em: 28/11/2022.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 25, p. 129-148, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. reimp. São Paulo: Atlas, v. 310, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo. Arquivo Marxista na Internet. 1913. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>. Acesso em: 02/12/2023.

LENIN, Vladimir Ilitch; O Estado e a Revolução. Sao Paulo: Expressão Popular, 2007.

LOPES, Janaina Vedoin; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arquivos da repressão e leis de acesso à informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. Revista Aedos, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/42160>. Acesso em: 09/12/2022.

LOPES, Nirleide Dantas. A violência contra a mulher no capitalismo contemporâneo: opressão, exploração e manutenção do sistema. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 11, 2017.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 21/12/2023

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã.(trad. Álvaro Pina). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. Boitempo Editorial, 2015.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães do; GONÇALVES, Renata. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho:: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. O Público e o Privado, v. 19, n. 40 set/dez, 2021. Disponível em: <https://revistastestes.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/7461>. Acesso em: 05/01/2023

NERI, Marcelo. Mapa da nova pobreza. 2022.

LIMA, André Bontempo Garcia. O precioso tempo burguês. 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-precioso-tempo-burgues>. Acesso em: 10/03/2023

OXFAM. A desigualdade mata. Relatório 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 1054-1079, 2018.

PORTELLA, Viviane Portella De; PEREZ, Carlos Blaya. Perfil dos usuários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Em Questão, v. 19, n. 2, p. 346-363, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645973019.pdf>. Acesso em: 06/12/2023.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. A escravização e racismo no Brasil: mazelas que ainda perduram. Jornal da USP, n. 10 ju 2020, 2020.

PNUD, ONU. Em uma armadilha: altas desigualdades e baixo crescimento na América Latina e no Caribe. 2021. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGEL, Thayron Rodrigues; FERREIRA, Ramon Maciel. MEMÓRIAS DA DITADURA: a Arquivologia e o direito ao acesso. Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/E-BOOK-SIMP%C3%93SIO-MEM%C3%93RIAS-DA-DITADURA.pdf>. Acesso em: 05/12/2022

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/60>. Acesso em: 16/12/2022

RUFINO, Priscila de Moraes. *A PRODUÇÃO DA POBREZA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA*. 2009.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. 2012. 320 f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE. Saúde divulga boletim epidemiológico sobre saúde da população negra. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/noticias/saude-divulga-boletim-epidemiologico-sobre-saude-da-populacao-negra#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%2C%20de%202021,mulheres%20negras%20e%20n%C3%A3o%20negras>. Acesso em: 11/01/2022

SOUZA, Djonatan Kaic Ribeiro de. *Sexualidade e “Cidadania LGBT”: possibilidades e limites dos direitos no capitalismo*. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35508>. Acesso em: 03/12/2022

TOGNOLI, Natália Bolfarini; DE QUEIROZ ROCHA, Gustavo Maçulo. A Justiça Social na Arquivologia: uma revisão de literatura. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>; Acesso em 01/12/2022.

Transgender Europe (TGEU). *Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) - Trans Murder Monitoring (TMM)*. 2021. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>. Acesso em: 14/12/2022.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A arquivística funcional e sua contribuição para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea. *Ágora*, p. 19-35, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115429>. Acesso em: 02/12/2022

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; LEME, Thalita Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva. Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145816>. Acesso em: 06/12/2022.

ANEXO A — PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS USUÁRIOS APERS

Perfil socioeconômico dos usuários APERS

Muito obrigada por participar de nossa pesquisa!

A sua resposta é muito importante para o desenvolvimento do nosso trabalho!

Este formulário foi desenvolvido com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico de usuários pesquisadores do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

As questões dispostas abaixo estão em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e será utilizado única e exclusivamente para fins acadêmicos, resguardado o anonimato aos participantes da pesquisa.

Esse levantamento também compõe o Trabalho de Conclusão de Curso na área de Arquivologia. O tema da pesquisa é referente ao perfil dos usuários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e pretende caracterizar os usuários pesquisadores do mesmo por meio dos dados fornecidos por este formulário.

***Obrigatório**

1. Motivo do acesso ao arquivo *

Marcar apenas uma oval.

- Produção Acadêmica/Científica
- Defesa de Direitos
- Atividades Culturais
- Prefere não responder
- Outro: _____

2. Assuntos dos documentos consultados/pesquisados *

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino
 Prefere não responder

4. Cor *

Marcar apenas uma oval.

- Branco
 Preto
 Pardo
 Indígena
 Amarelo
 Prefere não responder

5. Orientação Sexual *

Marcar apenas uma oval.

- Heterossexual
 Homossexual
 Bissexual
 Outra Orientação Sexual
 Não sabe
 Não se identifica com nenhum
 Prefere não responder

6. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Sem instrução
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Prefere não responder

7. Renda *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1/2 salário mínimo
- Mais de 1/2 salário mínimo
- Mais de 1 a 2 salários mínimos
- Mais de 2 a 3 salários mínimos
- Mais de 3 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 a 10 salários mínimos
- Mais de 10 a 20 salários mínimos
- Mais de 20 salários mínimos
- Prefere não responder

8. Religião

Marcar apenas uma oval.

- Ateu
- Católica
- Espírita
- Evangélica
- Judeu
- Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras
- Outra
- Não tem religião

9. Bairro e cidade *
